

**1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS****Legislação Atualizada e Síntese das Competências**

Em 1º de janeiro de 2019, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e tem sua denominação alterada para Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 39.610. Em 20 de agosto de 2019, o Decreto nº 40.030, estabelece que a então Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão passa a ser chamada de Secretaria de Estado de Economia – SEEC. Órgão central de gestão fiscal, de planejamento, de orçamento e de gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Economia normatiza assuntos relacionados à arrecadação, gasto público, orçamento, contratos corporativos, tecnologia de informação, política de gestão de pessoas do Governo do DF, além do monitoramento de políticas públicas governamentais e da gestão estratégica e de projetos. A pasta incorpora, ainda, a qualificação das organizações sociais que atuam no DF e preside o Conselho de Gestão das Organizações Sociais.

As competências da SEEC, de acordo com os Decretos nº 35.565/2014 e 36.825/2015, são promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A - BRB; planejamento, gestão e modernização administrativa; elaboração orçamentária; gestão estratégica governamental e gestão por resultados; gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo; captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito; gestão de pessoas; formação e capacitação do servidor público distrital; saúde do servidor público distrital; compras e logística no Distrito Federal; patrimônio do Distrito Federal; tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal; avaliação de políticas públicas; coordenação e acompanhamento da gestão das Empresas Estatais do Distrito Federal, devendo executar, ainda, outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal. A SEEC tem como vinculadas a Companhia de Planejamento do Planalto Central (Codeplan); o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IpreV); o Instituto de Assistência à Saúde.

Em junho, o Decreto 40.918, cria a Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que tem por objetivos promover um meio ambiente laboral saudável e proporcionar uma cultura organizacional que integre bem estar no trabalho e o desenvolvimento de suas atribuições executivas

Em 21 de outubro de 2020, o Decreto 41.372 altera estrutura administrativa da Secretaria Executiva de Planejamento da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, quando são remanejadas a Coordenação de Conservação do Patrimônio Público Imobiliário e a Coordenação de Cadastro e Regularização Imobiliária, da Unidade de Patrimônio Imobiliário para a Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário, da Secretaria Executiva de Planejamento. No mesmo decreto a Assessoria de Planejamento e Gestão, da Secretaria Executiva de Planejamento, passa a denominar-se Escritório de Projetos Institucionais e Inovação, mantidas as estruturas administrativa e de cargos comissionados existentes e seus atuais ocupantes.

**FORÇA DE TRABALHO**

<b>Servidores</b>	<b>Atividade-Meio (Com cargo em comissão)</b>	<b>Atividade-Fim (Com cargo em comissão)</b>	<b>Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)</b>	<b>Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)</b>	<b>Total</b>
Efetivos do GDF	149	491	196	724	1.560
Comissionados sem vínculo efetivo	65	260	0	0	325
Requisitados de órgãos do GDF	42	75	17	124	258
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	4	0	1	5
Estagiários	0	0	55	58	113
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	27	3	30
Outros - especificar	0	0	21	17	38
Subtotal	256	830	316	927	2.329
(-) Cedidos para outros órgãos	151	0	0	0	151
Total Geral	105	830	316	927	2.178

**Outros** - Terceirizados da Empresa Lotus

**2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA****6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS****Execução Orçamentária e Financeira**

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
-----------------------	------------	---------------------------	------------------	------------------

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>650000,0</b>	<b>209480,50</b>	<b>126854,0</b>	<b>126854,0</b>
0003 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	350000,0	209480,50	126854,0	126854,0
9713 - Atenção à saúde e qualidade de vida do servidor	300000,0	0,0	0	0
<b>2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET</b>	<b>2507784,0</b>	<b>1542812,90</b>	<b>1542812,90</b>	<b>1390517,53</b>
0001 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	2507784,0	1542812,90	1542812,90	1390517,53
<b>3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>174507,0</b>	<b>1042983,0</b>	<b>866504,52</b>	<b>666914,75</b>
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	174507,0	1042983,0	866504,52	666914,75
<b>3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ- PROFISCO</b>	<b>50797000,0</b>	<b>52801063,50</b>	<b>39738281,00</b>	<b>25600784,56</b>
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ- PROFISCO- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	50797000,0	52801063,50	39738281,00	25600784,56
<b>3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS</b>	<b>679300,0</b>	<b>374581,66</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0009 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-- DISTRITO FEDERAL	679300,0	374581,66	0	0
<b>4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO</b>	<b>13492507,0</b>	<b>10338937,39</b>	<b>9990698,85</b>	<b>8627983,09</b>
0002 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO- DISTRITO FEDERAL	13492507,0	10338937,39	9990698,85	8627983,09
<b>6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	<b>0</b>	<b>100000,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0004 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
<b>9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL</b>	<b>1900000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
0002 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL-REGIÃO CENTRO OESTE-REGIÃO CENTRO OESTE	1900000,0	0,0	0	0
<b>1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	<b>5524468,0</b>	<b>13609517,90</b>	<b>13584517,16</b>	<b>5890241,03</b>
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	5524468,0	13609517,90	13584517,16	5890241,03
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>17386339,0</b>	<b>14960402,65</b>	<b>13718506,46</b>	<b>10760132,48</b>
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	17386339,0	14960402,65	13718506,46	10760132,48
<b>5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET</b>	<b>9044850,0</b>	<b>13744291,84</b>	<b>12875455,85</b>	<b>2402355,00</b>
0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	9044850,0	13744291,84	12875455,85	2402355,00
<b>3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS</b>	<b>100000,0</b>	<b>48750,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0173 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	48750,0	0	0
<b>4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES</b>	<b>514000,0</b>	<b>315148,43</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	514000,0	315148,43	0	0
<b>4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS</b>	<b>20000,0</b>	<b>9750,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0014 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	9750,0	0	0
<b>6066 - AÇÃO DE INCENTIVO À ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT</b>	<b>20571429,0</b>	<b>104178968,85</b>	<b>101829370,46</b>	<b>96827765,84</b>
0001 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-ARRECAÇÃO DE CIP-DISTRITO FEDERAL	6000000,0	7713528,0	6000000,00	4959864,73
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	14571429,0	96465440,85	95829370,46	91867901,11

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS</b>	<b>123362184,00</b>	<b>213276688,62</b>	<b>194273001,20</b>	<b>152293548,28</b>

## ESTUDOS E ACOMPANHAMENTOS ECONÔMICOS

### Previsões de Receita e Estudos Econômicos

A Secretaria Executiva de Acompanhamento Econômico - SEAE foi criada com base na convicção da cúpula da Secretaria de Estado de Economia - SEEC de que as decisões fazendárias deveriam se basear na quantificação, em tratamento estatístico e organização de banco de dados baseado nas notas fiscais eletrônicas, e da utilização de ferramentas econométricas, para elaborar previsões de receita e estudos econômicos de subsídio à atuação da SEEC, de modo a promover busca incessantemente da excelência no alcance dos objetivos estratégicos que contribuíssem para a mais eficiente gestão para resultados.

### Representação em Fóruns Econômicos

Além disso, a SEAE subsidia e/ou representa a SEEC em diversos fóruns externos de discussão de cunho econômico, como por exemplo, no Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF - COMSEFAZ e nas Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF. Participa de reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, além de subsidiar a votação de convênios, protocolos e ajustes apresentados no colegiado, e diversas propostas de convênio de interesse do DF.

### Representação Fazendária

Também compete à SEAE, a representação fazendária da Secretaria de Economia do DF junto à Comissão Técnica Permanente - COTEPE, atuando na organização e participação dos representantes do DF nos diversos grupos de trabalho, além de ser responsável pela redação das propostas de Convênio do DF a serem apresentadas no CONFAZ.

Atua no assessoramento ao Secretário de Economia do DF junto ao CONFAZ, que inclui análise das diversas Propostas de Convênios e recomendações de votos.

Durante o ano de 2020, a atuação do Distrito Federal ganhou respeitabilidade no CONFAZ, onde foram aprovados projetos de interesse distrital.

### Realizações

Foram elaborados estudos econômicos relativos a políticas fiscais, tributárias ou creditícias favorecidas que ampliem ou concedam incentivos ou benefícios a setores da atividade econômica:

- Homologação dos Convênios ICMS nº 52/20 e 78/20;
- Anteprojeto de lei de isenção de IPTU, TLP e ITCD à TERRACAP;
- Homologação dos Convênios ICMS nº 145/2013, ICMS 51/2017, ICMS 02/2019, ICMS 132/2019, ICMS 158/2019 e ICMS 211/2019;
- Projeto de lei que concede redução de base de cálculo e isenção do ICMS de produtos destinados ao enfrentamento ao Vírus SARS-COV-2;
- Anteprojeto de lei complementar que homologa o Convênio ICMS nº 155/19, que autoriza o DF a instituir o REFIS-DF 2020;
- Projeto de lei que concede isenção da taxa de expediente cobrada para a obtenção da segunda via da carteira de identidade, por uma única vez, às pessoas com renda não superior a cinco salários-mínimos;
- Projeto de lei que concede isenção de IPVA para veículos elétricos e híbridos;
- Projeto de lei que revoga o aumento de carga tributária previsto para os anos de 2021 e 2022 para o segmento de bebidas alcoólicas;
- Anteprojeto de lei complementar que concede remissão de débitos decorrentes da cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas de que especifica.

### Análises Econômicas

Elaborou análises e estudos de impacto econômico e orçamentário para implantação das novas políticas públicas distritais de incentivos tributários, bem como de projetos que transmitam no Congresso Nacional, em subsídio à Secretaria de Estado de Relações Institucionais do DF - SERINS, e no Conselho Nacional de Política Tributária - CONFAZ.

Principais projetos:

- PLP 11/2020 que prevê a apuração do ICMS - substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual, oriundo da SERINS;
- PLP 16/2020 que cria norma geral com critério para a fixação, por cada ente tributário competente, de redução do valor devido do imposto sobre a propriedade de veículos automotores, que altera o Sistema Tributário Nacional, oriundo da SERINS;
- Propostas de Emendas à Lei Orgânica nº 14/2015, 01/2019 e 20/2019, em relação a possíveis impactos na área orçamentária e financeira do GDF, oriundas da SERP;
- Proposta SEEC/SEF/ASSESP, que estabelece, "nos termos do art. 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, os requisitos para a compensação de débitos inscritos em dívida ativa de natureza tributária ou de outra natureza do Distrito Federal com créditos adquiridos pela Terracap na alienação de imóveis a servidores do Distrito Federal";
- Solicitação da SEE, dos "encaminhamentos necessários à verificação da viabilidade de concessão de isenção de ICMS e sua aplicabilidade, conforme a Cláusula Primeira do Convênio ICMS nº 50, de 30 de julho de 2020, para as empresas prestadoras de serviço de telefonia móvel que porventura sejam contratadas pela SEE/DF, para prestarem serviço de internet móvel (tecnologias 3G e 4G)";
- Anteprojeto de Lei que "reajusta os valores mensais para cobrança, no exercício de 2021, da Contribuição de Iluminação Pública - CIP;
- Anteprojeto de Lei que dispõe quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no âmbito do Distrito Federal;
- Projeto de Lei nº 362/2019 que altera a Lei nº 4.159/2008, aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de subsidiar a decisão do Governador do DF;
- Anteprojeto de Lei - altera a Lei distrital nº 5.287/2013;
- Análise sobre dificuldades no atendimento Decreto 27.521;
- Análise e acompanhamento da ADO-25, que trata da transferência de recursos da União para Estados e Municípios referente à Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir).

### Análise de propostas do Setor Produtivo e de áreas externas

Principais processos:

- Ofício SCADF Nº 033/2020, oriundo do Sindiatacadista/DF, o qual apresenta uma consolidação dos pleitos do setor atacadista em decorrência do cenário de pandemia.
- Ofício Nº 1/2020 - BRB/INSTITUTO/DIREX/SECAM), por meio do qual o Banco de Brasília - BRB, solicita "a concessão da isenção de ITCD sobre as doações recebidas pelo Instituto BRB para a compra de respiradores e insumos que serão doados à Secretaria de Saúde do Distrito Federal".
- Ofício nº 03, proveniente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis-ABIH-DF, por meio do qual, pelas razões ali lançadas, solicita a "redução de base de cálculo do ICMS incidente nas operações com energia elétrica, quando destinadas à atividade hoteleira".
- Proposta proveniente da Fecomércio/DF, quanto à alteração na Lei Complementar nº 004, e na Lei Distrital nº 1.254, relativa aos percentuais utilizados na aplicação de multas tributárias.
- Solicitação da Baxter Hospitalar Ltda., para inclusão do equipamento de diálise peritoneal para o tratamento de pacientes renais (de alto risco).
- Decisão nº 4238/2019, proferida nos autos do Processo TCDF nº 36750/2019-e;
- Estudo Técnico sobre o Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais do DF, encaminhado pela SDE, com vistas a identificar as áreas de interesse econômico e dos setores com maior potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.
- Cálculo do novo índice para o Nota Saúde Legal, a ser aplicado nos cálculos dos créditos de 2020.

### Incentivo Cultural

Foi realizada análise e instrução de processos dos projetos culturais credenciados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, bem como a elaboração das Declarações de Capacidade de Financiamento e Despachos de Abatimento dos incentivadores culturais de que trata o Convênio ICMS 27/06 e a Lei Complementar 934/2017.

### Elaboração de Normas

Foram criados códigos de benefícios fiscais (CBenef) que constarão nos documentos fiscais eletrônicos e livro eletrônico / SPED do Distrito Federal para contribuintes do ICMS e do ISS.

### Monitoramento e Controle da Receita

Foi elaborado relatório mensal sobre o desempenho da arrecadação tributária (sítio da SEEC). Contém análise de desempenho da arrecadação total, proveniente dos diversos tributos de competência do DF, estabelecendo comparações com as previsões contidas na Lei Orçamentária Anual - LOA, na Programação Financeira e na Previsão Mensal Atualizada, além de particularizar as receitas do ICMS e do ISS frente ao cenário econômico.

São elaboradas previsões mensais e diárias da receita tributária, por tributo, em subsídio ao cronograma de desembolso da SUTES.

Bimestralmente, o desempenho da receita é reavaliado e elaborada uma nova reestimativa de receita tributária para o ano em curso.

No início do ano de 2020, foi elaborado relatório contendo os valores dos benefícios tributários concedidos pelo DF em 2019. O trabalho subsidia a CGDF na análise do custo-benefício das renúncias tributárias efetuadas pelo DF.

### Leis Orçamentárias, Programação Financeira e PPA

Em janeiro de 2020, foi elaborada uma reestimativa de receita tributária em subsídio ao Decreto da Programação Financeira para o ano.

### Inovação

O trabalho de projeção da renúncia tributária tende a ser ainda mais aprimorado com a criação do novo campo nas notas fiscais eletrônicas do ICMS e do ISS para os benefícios tributários usufruídos, cujo preenchimento foi viabilizado a partir da edição da Portaria 386/2019. O preenchimento dos dados neste campo, bem como novas funcionalidades do SITAF, permitirão monitorar a concessão dos benefícios tributários, o que proporcionará previsões mais seguras quanto aos valores desonerados e melhor avaliação do custo-benefício dos incentivos fiscais outorgados.

### Conjuntura Econômica

São elaborados semanalmente relatórios gráficos de acompanhamento da conjuntura econômica do Brasil e do DF.

A seguir, síntese do desempenho da arrecadação tributária no ano de 2020:

### Arrecadação Total

Até dezembro de 2020, a arrecadação tributária somou R\$ 17.324,3 milhões em valores correntes, com aumento nominal de 4,5% e real de 0,8% em relação a igual período 2019.

ITEM	2020	2019	2020	2019	VARIACÃO		VARIACÃO		COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO 2020
	(a)	(b)	pelelo INPC/IBGE	pelelo INPC/IBGE	NOMINAL	(a) / (b)	REAL	(c) / (d)	
ICMS	8.651.619	8.173.795	8.975.881	8.796.041	+477.825	+5,8%	+179.840	+2,0%	49,88%
ISS	1.914.638	2.013.620	1.985.378	2.166.170	-98.982	-4,9%	-180.792	-8,3%	11,03%
IRRF	3.290.952	3.080.034	3.416.494	3.310.028	+210.91	+6,8%	+106.466	+3,2%	18,99%
IPVA	1.239.704	1.314.323	1.296.575	1.422.487	-74.619	-5,7%	-125.911	-8,9%	7,21%
IPTU	1.148.576	1.040.544	1.200.519	1.117.724	+108.031	+10,4%	+82.795	+7,4%	6,67%
ITBI	528.668	415.021	547.314	446.276	+113.648	+27,4%	+101.038	+22,6%	3,04%
ITCD	156.236	146.414	161.773	157.488	+9.822	+6,7%	+4.286	+2,7%	0,90%
TAXAS	390.749	378.613	407.997	407.185	+12.136	+3,2%	+813	+0,2%	2,27%
OUTROS IMPOSTOS (1)	3.203	19.255	3.317	20.757	-16.052	-83,4%	-17.439	-84,0%	0,02%
<b>TOTAL ARRECADAÇÃO</b>	<b>17.324.345</b>	<b>16.581.618</b>	<b>17.995.250</b>	<b>17.844.156</b>	<b>+742.727</b>	<b>+4,5%</b>	<b>+151.094</b>	<b>+0,8%</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: SIGGO

notas: multas e juros e dívida de origem tributária não consideradas em itens anteriores

VAORES EM R\$ MIL

Destques em 2020:

- Aumentos reais no IRRF (+R\$ 106,5 milhões) e no ICMS (+R\$ 179,8 milhões), esse último com recolhimentos atrasados do setor de energia elétrica.
- Decréscimo real no ISS (-R\$ 180,8 milhões), reflexo do cenário econômico impactado pela pandemia do coronavírus.
- Queda real no IPVA (-R\$ 125,9 milhões), em sintonia com a redução de alíquota concedida pela Lei nº 6.445/2019.

### Arrecadação X Previsão

Na comparação da receita realizada com a prevista para LOA, programação financeira e previsão mensal de curto prazo, esta última elaborada para subsidiar o cronograma de desembolsos financeiros, apresentam-se os seguintes destaques em 2020:

Previsão mensal: Receita realizada abaixo da prevista em R\$ 50,9 milhões (-3,2%), decorrente principalmente dos desvios negativos do ICMS (-R\$ 107,9 milhões), IRRF (-R\$ 20,0 milhões).

LOA: Receita realizada acima da prevista em R\$ 33,0 milhões (+2,2%), decorrente sobretudo dos desvios positivos do ISS (+R\$ 63,1 milhões) e do IPTU (+R\$ 20,9 milhões). O principal desvios negativo observados no IRRF (-R\$ 99,2 milhões).

Programação financeira: Realização acima da prevista em R\$ 81,1 milhões (+5,5%), decorrente principalmente dos desvios positivos observados no ISS (+R\$ 70,9 milhões) e no ICMS (+R\$ 65,9 milhões). Maior desvio negativo observado no IRRF (-R\$ 99,2 milhões).

RECEITA TRIBUTARIA DO DF - JANEIRO A DEZEMBRO 2020 - VALORES EM R\$ MIL							
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA	PROGRAMAÇÃO	RECEITA	(D-A)	(D-B)	(D-C)
		(B)	FINANCEIRA (C)	REALIZADA			
ICMS	8.075.831	8.733.254	8.679.378	8.651.619	575.789	(81.635)	(27.759)
ISS	1.908.084	2.099.459	2.038.312	1.914.638	6.554	(184.821)	(123.674)
IRRF	2.975.464	3.409.156	3.409.156	3.290.952	315.488	(118.204)	(118.204)
IPVA	1.143.240	1.173.959	1.190.024	1.239.704	96.464	65.745	49.680
IPTU	993.453	1.104.481	1.031.291	1.148.576	155.122	44.095	117.285
ITBI	379.180	370.101	376.815	528.668	149.489	158.567	151.853
ITCD	116.432	149.720	125.554	156.236	39.804	6.516	30.682
TAXAS	349.919	401.374	399.265	390.749	40.830	(10.625)	(8.516)

<b>OUTROS IMPOSTOS (1)</b>	2.822	2.840	2.918	3.203	381	363	258
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>	15.944.424	17.444.344	17.252.713	17.324.345	1.379.921	(119.999)	71.632

nota: multas e juros e dívidas ativas de origem tributárias não consideradas em itens anteriores

#### Arrecadação do ICMS

Tendo em vista reclassificação contábil das contas de receita, a receita do ICMS por modalidade de recolhimento deixou de ser obtida desde 2019 por meio de consulta no SIGGO e passou a ter como fonte o sistema SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO.

#### ICMS por modalidade de recolhimento

Em dezembro de 2020, a maior participação no total da receita do ICMS foi do regime normal de tributação, com 38,3%, atingindo o menor nível de representatividade desde o início da série histórica. Na sequência, tem-se grandes participações para dezembro em substituição tributária (ST) com participação de 32,8%, sendo ST realizada fora do DF 21,9%. No conjunto, tributação normal e ST somaram 71,1% da receita total do imposto em dezembro de 2020.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO (1)							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)						Composição da arrecadação (dezembro/2020)
	dez/20	2020	dez/19	2019	dez/20/dez/19	2020/2019	
<b>Normal</b>	357.472	4.420.073	369.267	4.345.364	3,2%	1,7%	38,3%
<b>ST fora do DF</b>	204.271	1.993.230	184.763	1.999.612	10,6%	-0,3%	21,9%
<b>ST no DF</b>	101.449	1.091.785	101.236	1.174.191	0,2%	-7,0%	10,9%
<b>Consumidor final - op. entre UF</b>	51.436	631.275	50.253	482.266	2,4%	30,9%	5,5%
<b>Simples</b>	22.331	221.026	22.988	248.478	-2,9%	-11,0%	2,4%
<b>Importação</b>	4.773	49.216	5.309	67.115	-10,1%	-26,7%	0,5%
<b>Antecipado</b>	10.355	98.758	8.483	99.711	22,1%	-1,0%	1,1%
<b>FCP (2)</b>	7.017	70.818	6.985	71.082	0,5%	-0,4%	0,8%
<b>Dívida ativa e multas e juros</b>	51.978	183.280	14.795	153.406	251,3%	19,5%	5,6%
<b>Outros</b>	121.535	253.329	23.015	138.845	428,1%	82,5%	13,0%
<b>Total da arrecadação</b>	932.616	9.012.790	787.093	8.780.071	18,5%	2,7%	100,0%

Fonte: Dados SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais.

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros - auto de infração, LC 52/97, parcelamento, FUNDAF, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

#### Destaques em 2020:

- Consumidor Final – Operações Interestaduais: aumento real de 30,9% (+R\$ 149,0 milhões).
- Regime Normal: acréscimo real de 1,7% (+R\$ 74,7 milhões).
- Substituição Tributária no DF: retração real de 7,0% (-R\$ 82,4 milhões)
- Simples: queda real de 11,0% (-R\$ 27,5 milhões).

#### ICMS por atividade econômica

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas, obtido por meio de dados extraídos do SITAF, os setores mais representativos em dezembro de 2020 foram o comércio atacadista e varejista com 24,1% e 17,3%, seguido por combustíveis com 16,4%. Ainda na sequência tivemos: indústria, comunicação e energia elétrica, com participações de 15,9%, 9,7% e 8,7%, respectivamente.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1)							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação real (em%)		Composição da arrecadação (dez/2020)
	dez/2020	2020	dez/2019	2019	dez/20/dez/19	2020/2019	
<b>Combustíveis</b>	116.373	1.284.698	148.300	1.801.354	-21,5%	-28,7%	16,4%
<b>Comércio Atacadista</b>	171.054	1.816.902	153.286	1.674.612	11,6%	8,5%	24,1%
<b>Comércio Varejista</b>	122.606	1.284.793	124.634	1.385.398	-1,6%	-7,3%	17,3%
<b>Comunicação</b>	69.099	882.143	74.759	974.427	-7,6%	-9,5%	9,7%
<b>Energia Elétrica</b>	61.823	1.010.012	34.693	355.855	78,2%	183,8%	8,7%
<b>Indústria</b>	113.001	1.167.432	104.151	1.135.758	8,5%	2,8%	15,9%
<b>Veículos</b>	46.402	468.137	50.864	571.976	-8,8%	-18,2%	6,5%
<b>Demais Atividades</b>	8.364	93.200	9.525	106.308	-12,2%	-12,3%	1,2%
<b>Total da Arrecadação</b>	708.721	8.007.317	700.212	8.005.691	1,2%	0,0%	100,00%

Fonte: Dados SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros - auto de infração, LC 52/97, parcelamento, FUNDAF, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

#### Destaques em 2020:

- Energia Elétrica: aumento real de 183,8% (+R\$ 654,2 milhões), advindo principalmente de pagamentos em 2020 relativos a fatos geradores de 2019.
- Comércio Atacadista: aumento real de 8,5% (+R\$ 142,3 milhões)
- Combustíveis: queda real de 28,7% (-R\$ 516,7 milhões)
- Comércio Varejista: queda real de 7,3% (-R\$ 100,6 milhões).
- Veículos: queda real de 18,2% (-R\$ 103,8 milhões).

#### ICMS Brasil

Considerando os últimos dados disponíveis da COTEPE/CONFAZ, a arrecadação acumulada em 2020 do ICMS em nível nacional (até novembro), a preços dezembro de 2020 pelo INPC/IBGE, incluindo dívida ativa, multas e juros e Simples Nacional, apresentou decréscimo real de 2,7% frente ao mesmo período do ano anterior. A tabela a seguir apresenta o desempenho da arrecadação do ICMS por Unidade Federada. O DF ocupou a 9ª posição entre as 27 Unidades Federadas.

ICMS BRASIL Janeiro-Novembro de 2020 - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)				
	Unidade da Federação	2019	2020	Variação (em %)
1	MT Mato Grosso	12.764	14.865	16,46%
2	PA Pará	11.990	12.989	8,33%
3	MS Mato Grosso do Sul	9.763	10.437	6,91%
4	RR Roraima	1.096	1.163	6,16%
5	RO Rondônia	3.915	4.094	4,56%
6	AM Amazona	9.739	10.177	4,50%
7	TO Tocantins	2.956	3.080	4,18%
8	AP Amapá	919	945	2,85%
9	DF Distrito Federal	8.024	8.175	1,89%
10	RJ Rio de Janeiro	36.165	36.145	-0,06%
11	MA Maranhão	7.677	7.666	-0,14%
12	GO Goiás	16.872	16.788	-0,50%
13	AL Alagoas	4.024	4.000	-0,60%
14	PI Piauí	4.455	4.387	-1,51%
15	RS Rio Grande do Sul	34.346	33.824	-1,52%
16	PB Paraíba	5.779	5.672	-1,85%
17	PE Pernambuco	17.058	16.543	-3,02%
18	BA Bahia	20.073	23.339	-3,05%
19	SP São Paulo	144.229	138.612	-3,89%
20	SE Sergipe	3.414	3.281	-3,90%
21	PR Paraná	30.992	29.670	-4,26%
22	MG Minas Gerais	50.979	48.386	-5,09%
23	CE Ceará	12.871	12.208	-5,15%
24	SC Santa Catarina	22.780	21.446	-5,86%
25	RN Rio Grande do Norte	5.645	5.306	-6,02%
26	AC Acre	1.386	1.279	-7,75%
27	ES Espírito Santo	15.195	11.341	-25,37%
	BRASIL	499.103	485.818	2,73%

Fonte: SEAE/SEEC-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

#### Arrecadação do ISS

A receita por modalidade de recolhimento do ISS, deixou de ser obtida por meio de consulta no SIGGO em razão da reclassificação das contas de receita pela contabilidade pública. Para obter o perfil da arrecadação do imposto por modalidade de recolhimento, a fonte utilizada foi o SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO. Vale mencionar que a fonte SIGEST não contempla a modalidade ISS por retenção via SIGGO.

#### ISS por modalidade de recolhimento

No mês de dezembro de 2020 a maior participação no total da receita do imposto é a do regime Normal de tributação com 31,7%, seguida por Multas e Juros e Dívida Ativa (29,1%), do recolhimento efetuado por terceiros sob responsabilidade do setor privado (Retenção e Substituição Tributária) com 16,4%, da Retenção via SIAFI (13,5%), do ISS Simples Nacional (8,5%) e de Outros (0,9%)

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO (1) E (2)							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real (em%)		Composição da arrecadação (dezembro/2020)
	dez/19	jan-dez/19	dez/20	jan-dez/20	dez/20 / dez/19	jan-dez/20 / jan-dez/19	
Normal	71.478	847.223	71.393	822.380	-0,1%	-2,9%	31,7%
Retenção + ST	43.521	515.727	36.967	453.237	-15,1%	-12,1%	16,4%
Retenção via SIAFI	25.335	239.134	30.408	198.119	20,0%	-17,2%	13,5%
ISS - Simples Nacional	19.883	216.948	19.080	193.805	-4,0%	-10,7%	8,5%
Multas e Juros e Dívida Ativa	5.194	64.379	65.547	107.991	1162,0%	67,7%	29,1%
Outros (3)	2.146	30.202	1.965	28.042	-8,4%	-7,2%	0,9%
Total da Arrecadação	167.557	1.913.613	225.360	1.803.573	34,5%	-5,8%	100,00%

Fonte: SIGEST

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. Exceto Retenção via SIGGO.

3. Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração.

Destaques em 2020:

- Todas as modalidades de recolhimento apresentaram decréscimo na comparação do período de janeiro a dezembro de 2020 com o correspondente do ano anterior, à exceção de multas e juros da dívida ativa (+R\$ 43,6 milhões), em razão do REFIS. As maiores quedas ocorreram no regime de retenção privada (-R\$ 62,5 milhões), na retenção via SIAFI (-R\$ 41,0 milhões) e no regime normal (-R\$ 24,8 milhões).

#### ISS por atividade econômica

A maior participação na arrecadação do imposto é do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (39,7%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (10,9%) e Ensino (3,8%). Contudo, quando agrupados os vários segmentos de baixa representatividade na arrecadação, a participação global desses segmentos atinge 30,8%.

ARRECAÇÃO DO ISS POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1) E (2)				
ATIVIDADE	Valores em R\$ mil a preços de dezembro de 2020		Variação Real (em %) 2020/2019	Composição da arrecadação (dezembro/2020)
	2019	2020		
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGURO	636.730	650.027	2,09%	39,86%
SAÚDE E VETERINÁRIA	173.498	163.858	-5,56%	10,05%
INFORMÁTICA	177.069	116.666	-34,11%	7,15%
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	69.821	64.878	-7,08%	3,98%
ENSINO	75.373	63.400	-15,88%	3,89%
CONSTRUÇÃO CIVIL	58.319	54.996	-5,70%	3,37%
MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	45.627	41.671	-8,67%	2,56%
COMUNICAÇÃO	49.997	37.524	-24,95%	2,30%
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	42.616	37.331	-12,40%	2,29%
ADVOCACIA	37.043	5.520	-4,11%	2,18%
SEGURANÇA	36.734	33.303	-9,34%	2,04%
CONSULTORIA E CONTABILIDADE	32.524	33.042	1,59%	2,03%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS PRESTADAS INCLUSIVE A EMPRESAS	31.420	28.805	-8,32%	1,77%
REPARAÇÃO E REBOQUE DE VEÍCULOS	29.306	23.999	-18,11%	1,47%
DEMAIS ATIVIDADES	318.617	1.630.634	-22,91%	15,06%
TOTAL	1.814.695	245.614	-10,14%	100,00%

Fonte: SITAF.

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques em 2020:

- Acréscimos reais em Instituições Financeiras e de Seguro (+R\$ 13,3 milhões); Holdings, Administração de Fundos e Gestão de Ativos Não-Financeiro (+R\$ 1,0 milhão) e Funerárias (+R\$ 968,7 mil).
- Decréscimos reais em Ensino (-R\$ 12,0 milhões), Comunicação (-R\$ 12,5 milhões) e Hotelaria (-R\$ 14,8 milhões)."

#### GESTÃO DA ESTRATÉGIA

No que se refere a gestão estratégica, a SEEC concentrou seus esforços na atividade de desdobramento da estratégia governamental, por meio do apoio técnico e metodológico aos demais órgãos governamentais na elaboração dos seus planejamentos estratégicos institucionais. Entre os órgãos que solicitaram a parceria da SEEC na implementação deste trabalho, destacam-se a PGDF - Procuradoria Geral do Distrito Federal; SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico; SLU - Serviço de Limpeza Urbana; SUBPCA - Subsecretaria de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes (SEJUS); SETRAB - Secretaria de Trabalho; SECID - Secretaria Executiva de Cidades; SPP - Secretaria Executiva de Políticas Públicas; CGDF - Controladoria Geral do Distrito Federal; SPI - Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário (SEEC); SEAGRI - Secretaria de Agricultura; SODF - Secretaria de Obras e Infraestrutura; IPREV - Instituto de Previdência dos Servidores do DF; DF LEGAL - Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística; IBRAM - Instituto Brasília Ambiental; METRO - Companhia do Metropolitano de Brasília; FJZB - Fundação Jardim Zoológico de Brasília; e TCB - Transportes Coletivos de Brasília.

Ainda nessa temática, a SEEC desenvolveu e promoveu a manutenção do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - GESTÃO-DF, com destaque para o Painel de Monitoramento das Ações Governamentais de Enfretamento ao COVID-19, fundamentado, inicialmente, em cinco pilares de atuação: recursos orçamentários e financeiros, infraestrutura, sistemas, equipamentos e insumos e pessoal. Também foi desenvolvido e implementado o Módulo de Planejamento Estratégico Institucional - PEI.

Outro ponto a ser destacado foi a reativação da Comissão Distrital para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Governo do Distrito Federal, com a atualização do Decreto 39.322, de 04/06/2018, por meio da publicação do Decreto Nº 41.441, de 10/11/2020, com a importante atribuição de promover a divulgação e implementação da Agenda 2030 nos órgãos governamentais sob coordenação da SEEC.

## GESTÃO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

A SEEC ofertou aporte metodológico para a gestão de projetos e de ações estratégicas dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal e pela interlocução com a Rede de Gestão da Estratégica para disponibilização de informações essenciais ao monitoramento, utilizando como ferramenta de gestão governamental, o Sistema GestãoDF, visando a melhoria dos resultados governamentais.

Procedeu-se à revisão anual PEDF, já prevista na versão inicial do documento, visando adequar as iniciativas às diretrizes governamentais e ao cenário contextualizado do período. Ao todo, foram retiradas 210 iniciativas estratégicas, incluídas outras 307, além do realinhamento de batalhas e resultados-chaves aos eixos temáticos do documento. Cabe à SEEC analisar, complementar informações e acionar as instâncias superiores em caso de quebra do ciclo de monitoramento. A SEEC também dispõe de servidor para realizar visitas em obras em andamento, com o objetivo de registrar a sua evolução e identificar possíveis entraves, tendo realizado até dezembro de 2020, 249 vistorias em obras públicas em andamento.

Em 2020 foram contabilizadas 786 iniciativas estratégicas monitoradas pela equipe SEEC, desdobradas em 539 projetos e em 247 ações estratégicas. Deste total, 64 iniciativas foram concluídas e outras 210 foram canceladas ao longo do ano considerando o processo de revisão. Em dezembro de 2020, o monitoramento totalizava 515 iniciativas ativas cadastradas no Sistema GestãoDF e 444 iniciativas em processo de detalhamento. Para atender a rotina de monitoramento, o referido sistema passa por atualizações constantes para atender às demandas dos usuários locais e da Rede de Gestão Estratégica.

A SEEC também apoiou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social com vistas a melhoria na oferta de serviços à população e melhor gestão dos recursos disponíveis na Pasta; apoiou na confecção do Caderno de Sugestões de Emendas Parlamentares Distritais 2021; na confecção do Sistema de Ajuda Humanitária – Ajuda (informatização e automatização dos processos de planejamento, registro, controle e distribuição de cestas básicas e de kits de higiene recebidos pelo governo para doação a cidadãos não atendidos por programas sociais); apoiou a confecção do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres da Secretaria de Estado da Mulher; e ainda, a construção do Plano de Ação e Plano de Comunicação do Programa de Saúde dos Servidores da Educação.

## PROJETOS INSTITUCIONAIS

Atualmente a carteira de projetos da SEEC, incluindo aqueles no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, é composta de 47 projetos, entre projetos desta SEEC, PGDF e CGDF.

Entre as atividades da Unidade de Coordenação de Programas – UCP, destacam-se a coordenação e a execução do Programa, constando entre suas atividades aprovar os programas de trabalho para execução dos Componentes e Subcomponentes do Projeto, dos Planos Operacionais (POAs) e dos Planos de Aquisições (PAAs); solicitar ao BID a não objeção quanto às licitações a realizar, conforme o PA e autorizar a realização de processos licitatórios no âmbito do Projeto; encaminhar à Secretaria Executiva de Orçamento as propostas orçamentárias anuais do Projeto; solicitar ao órgão de Administração Financeira do DF a programação financeira e a liberação de recursos do financiamento e da contrapartida local; assinar, juntamente com o Coordenador Administrativo-Financeiro, e encaminhar as prestações de contas do Projeto e solicitar a liberação de recursos do financiamento junto ao BID; encaminhar ao BID os relatórios de progresso e outros, segundo as disposições do Regulamento Operacional (ROP) do PROFISCO; encaminhar ao BID propostas de revisões e ajustes do Projeto; promover a divulgação das ações do Projeto.

O Escritório de Projetos da SEEC responde pelo monitoramento das 22 iniciativas que vem sendo executadas pela SEEC em 2020. No exercício de 2020, conforme o Plano de Execução do Projeto (PEP), foram utilizados cerca U\$5.298.479,44 (cinco milhões, duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e nove e quarenta e quatro) do valor contratado.

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do Painel de Monitoramento de Projetos e ao Sistema de Controle Financeiro, que são obrigações contratuais a atender, em relação ao contrato de empréstimo firmado com o BID, ora em execução.

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Durante a situação de emergência desencadeada pela COVID-19, o foco da captação de recursos tem se concentrado no objetivo de consolidar ações voltadas ao levantamento e mobilização de recursos para financiamento e sustentabilidade das medidas de combate ao novo coronavírus no âmbito do Governo do Distrito Federal, de modo a subsidiar o processo de tomada de decisão da SEEC-DF diante da necessidade de recursos para o enfrentamento da pandemia nas seguintes possibilidades de captação: Repasse Fundo a Fundo – Fundo Nacional de Saúde para Fundo de Saúde do Distrito Federal; Emendas parlamentares individuais e de bancada, impositivas; Operações de Crédito Nacional; Operações de Crédito Externo; Recursos internacionais não reembolsáveis; Benefícios indiretos como: suspensão temporária de pagamentos de financiamentos e dívida com a União, dentre outros.

Entre as ações relativas a busca de novos pleitos, dá-se destaque à elaboração da Carta Consulta BID Eixo Saúde/Complexo de Saúde HRCS/SES; ao processo de elaboração da Carta Consulta do PNAFM III – Programa Nacional de Apoio Fazendário; a liberação de crédito emergencial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) junto à SUDECO/MDR para Medidas de Apoio à Cadeia Produtiva do DF; e ainda, a prorrogação do PROCIDADES para dezembro de 2021, permitindo a maximização dos recursos, cuja a execução ficou prejudicada frente à pandemia do novo coronavírus.

A SEEC também acompanhou o processo de captação de diversas propostas de parcerias com a União, derivadas das transferências voluntárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000).

Conforme dados extraídos do sítio <http://transferenciasabertas.planejamento.gov.br>, e apresentado na Tabela 1, registrou-se 102 (Cento e duas) propostas cadastradas ao orçamento da União no exercício de 2020. Após o fechamento do ano orçamentário elas se tomarão acordos de transferências voluntárias da União, por parte de diversos órgãos/entidades da Administração Pública Distrital, representando um valor de cerca de R\$ 507 milhões em Repasses, cerca de R\$ 10 milhões em Contrapartida, no Valor Global de recurso aproximado de R\$ 518 milhões para o GDF, o que permitirá a execução de diversos objetos de políticas públicas de interesses recíprocos, durante os próximos exercícios e conforme os cronogramas físico-financeiros propostos nos planos de trabalhos de cada acordo.

**Tabela 1 - Acordos de Transferências da União ao DF**

### Exercício Orçamentário 2020 - Diversos órgãos/entidades

Qtd	ÓRGÃOS	Repasse	Contrapartida	Valor Global
1	ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL	27.917.920,00	282.000,00	28.199.920,00
2	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	2.846.606,05	30.000,00	2.876.606,05
1	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF	481.104,00	18.896,00	500.000,00
6	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF	233.361.070,47	255.822,54	233.616.893,01
5	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DF	63.010.697,00	395.535,38	63.406.232,38
3	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO DF	1.369.200,00	2.103,22	1.371.303,22
1	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DF	1.200.000,00	2.500.000,00	3.700.000,00

1	FUNDACAO HEMOCENTRO DE BRASILIA	477.628,00	-	477.628,00
1	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	2.600.000,00	1.399.990,00	3.999.990,00
1	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS DO DF	250.000,00	2.500,00	252.500,00
1	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	398.555,05	798,71	399.353,76
2	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	1.336.257,81	7.616,53	1.343.874,34
14	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENV. RURAL DF	16.499.368,05	50.102,58	16.549.470,63
1	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE DF	288.795,86	6.122,45	294.918,31
8	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DF	11.902.518,99	2.873.558,81	14.776.077,80
2	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA DO DISTRITO FEDERAL	49.557.946,90	15.134,42	49.573.081,32
1	SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO A COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	120.000,00	2.800,00	122.800,00
2	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO DF	5.740.256,89	20.477,04	5.760.733,93
3	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	1.070.000,00	1.084,00	1.071.084,00
5	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	3.768.427,00	70.900,00	3.839.327,00
3	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DF	1.638.530,30	25.588,87	1.664.119,17
11	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E CIDADANIA	15.209.797,30	632.439,70	15.842.237,00
10	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DF	31.771.885,00	330.718,15	32.102.603,15
3	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL	14.175.041,02	1.695.536,84	15.870.577,86
1	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DF	3.520.227,00	72.024,16	3.592.251,16
7	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DF	7.019.985,14	59.680,90	7.079.666,04
5	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER DF	6.107.500,00	65.958,60	6.173.458,60
1	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	3.800.000,00	77.551,02	3.877.551,02
102	Valores Totais	507.439.317,83	10.894.939,92	518.334.257,75

Fonte: Siconv, em 08/01/2021

Nota: Poderão ocorrer alterações do volume de acordos cadastradas, dado ao não encerramento do ano orçamentário de 2020.

Em análise comparativa entre o exercício de 2020 e o período de 2008 a 2019, quanto a captação de recursos da Administração Pública Distrital, de acordo com Quadro nº 1, observamos que o volume global de recursos no exercício 2020 está bem acima dos anos anteriores, porém, conforme informado acima, o ano orçamentário de 2020, deve estar fechado para se verificar o efetivado como contrato repasse e /ou convênio, a estimativa de prazo é fevereiro de 2021.

Se as propostas cadastradas em 2020 forem todas efetivadas, a captação de recursos no exercício de 2020 terá aumento significativo, sendo a maior captação em anos.

A SEEC realizou um acompanhamento sistematizado dos desembolsos das operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Caixa Econômica Federal, bem como da utilização do saldo dos contratos do Banco do Brasil e BNDES - Contrato nº 11.2.0609.1 - PEF II, essencialmente na forma como os órgãos conduzem suas obras e respectivas prestações de contas.

O saldo dos recursos superávit e dos restos a pagar dos contratos do Banco do Brasil propiciou o aporte de contrapartida nos seguintes contratos.

<b>APORTE DE CONTRAPARTIDA COM RECURSOS DO CONTRATO 20/00010-3/BB EM 2020</b>	
Centro de Detenção Provisória - CDPs	11.755.589,73
Trevo de Triagem Norte e Ligação Torto Colorado (BNDES)	16.432.988,70
Construção de Unidade Básica de Saúde no Riacho Fundo II 5ª etapa.	620.000,00
<b>Total</b>	<b>28.808.578,43</b>

Além disso, proporcionou investimentos para a execução de outras obras e serviços constantes quadro abaixo.

<b>APORTE DE RECURSOS DO CONTRATO 20/00010-3/BB EM 2020 - DIVERSOS EMPREENDIMENTOS</b>	
Melhoria da linha 1 do Metrô - modernização do sistema e na conclusão das estações 106 Sul, 110 Sul e EPQ (Estrada Parque)	11.968.279,33
Rodoviária do Plano Piloto	221.020,22
Ciclovias da DF 087 e DF 085	112.417,78
Recuperação do Museu de Arte de Brasília	646.930,35
Elaboração de projetos de engenharia para novas obras	680.948,64
Revitalização do Balneário Veredinha	90.416,37
Desenvolvimento Institucional - melhorias da área de TI	1.809.206,23
<b>Total</b>	<b>16.149.218,92</b>

Os desembolsos dos contratos de FGTS totalizaram em R\$ 93.272.232,91 (noventa e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme demonstrado abaixo.

<b>DESEMBOLSO DE FGTS - GDF - Quadro</b>					
	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	2.934.447,00	6.213.369,70	19.806.133,62	0,00	0,00
FEVEREIRO	-	5.846.851,28	16.518.479,72	3.439.960,83	3.700.133,54
MARÇO	3.592.251,00	10.376.905,87	7.896.856,17	341.251,12	3.226.842,10
ABRIL	2.758.527,00	5.995.738,42	9.063.973,34	10.688.964,41	1.884.238,84
MAIO	112.397,00	4.233.329,94	10.344.184,95	22.096.809,37	1.497.399,15
JUNHO	5.120.147,00	8.710.697,05	-	3.419.134,33	12.338.837,49
JULHO	2.005.994,00	4.315.993,97	-	10.677.746,77	13.189.883,32
AGOSTO	9.562.209,00	5.979.754,47	74.838.964,14	15.564.228,96	6.834.546,38
SETEMBRO	6.995.890,00	15.975.218,98	8.805.466,17	15.265.234,35	9.056.374,33
OUTUBRO	15.838.384,00	10.706.822,72	28.520.585,09	27.924.515,45	10.771.133,44
NOVEMBRO	10.260.460,00	32.166.023,10	2.539.252,43	6.531.094,44	18.420.166,52
DEZEMBRO	11.620.793,00	-	13.408.946,85	27.023.435,25	16.875.130,39
<b>TOTAL</b>	<b>70.801.499,00</b>	<b>110.520.705,50</b>	<b>191.742.842,48</b>	<b>142.972.375,28</b>	<b>93.272.232,91</b>
		56,10%	73,49%	-25,44%	-34,76%

Atualizado até 31/12/2020 Fonte: SUTES/CAIXA/SUCAP

Os Contratos do BNDES encontram-se em fase de finalização e custearam a execução das obras e projetos nos montantes apresentados abaixo.

<b>APORTE DE RECURSOS CONTRATOS DO BNDES EM 2020</b>	
Revisão dos Projetos de Engenharia do Eixo Sudoeste (Contrato nº 11.2.0609.1 - PEF II)	1.919.809,00
Execução das obras da Ligação Torto-Colorado e do Trevo de Triagem Norte/Ponte do Bragueto (Contrato no 12.2.1444.1 - PROINVESTE)	4.522.452,59
<b>Total</b>	<b>6.442.261,59</b>

Ainda com a finalidade de promover e incrementar a Gestão para Resultados, foi reforçado o intuito de valorização do servidor, com as ações descritas a seguir:

#### **Ações e atividades de atendimento e atenção ao servidor**

Para a consecussão do objetivo estratégico que privilegia a GESTÃO PARA RESULTADOS, a atenção ao corpo funcional é de fundamental importância.

O ano de 2020 foi rico nesse tipo de ações.

- Elaboração de 2 catálogos, contendo informações diversas acerca das carreiras do complexo distrital (sendo um específico das carreiras da área de segurança pública, ou seja: Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e Delegado de Polícia e outro das demais);
- Acompanhamento de acordos coletivos das empresas dependentes e manifestação técnica em processos relativos às demandas oriundas destas;
- Estudos relativos às normas que tratam do Estágio Probatório e da Avaliação Especial de Desempenho para fins de aquisição de estabilidade dos servidores da Administração Direta;

- Elaboração de Manual do Servidor, objetivando guiar as ações dos servidores e reduzir o quantitativo de questionamentos

#### • Valorização e Qualidade de Vida

A Secretaria de Economia tem papel fundamental na construção e ampliação de políticas voltadas às relações socioprofissionais no trabalho, promovendo o bem-estar individual e coletivo, a valorização e o desenvolvimento pessoal dos servidores.

Conteúdos disponibilizados:

- "Tempo de Refletir" – foram 16 lives, com mais de 8 mil acessos.
  - "Momento de Paz" – foram 18 lives, com mais de 24 mil acessos.
  - "Academia Burity", com mais de 10.000 acessos.
  - "Conte Sua História"
- Foi instituído o Programa Clube de Desconto do Servidor (Decreto 41.450/novembro de 2020). Empresas privadas poderão oferecer descontos nos preços e/ou condições especiais na aquisição de produtos e serviços. Desenvolvimento de aplicativo para o programa no Portal do Servidor.

Pelo Decreto 41.451/novembro de 2020, foi instituído o Programa DF Superior - credenciamento de instituições privadas de ensino superior, graduação e tecnólogo, com interesse em acordo de cooperação com a administração pública do DF para oferta de descontos em matrículas e mensalidades.

Em 2020, foi realizado o mapeamento de competências com definição de trilhas de aprendizagem em 7 áreas (SUGEP, SCG, SUAG, SUOP, SUTES, SUPLAN e EGOV), mediante orientação da consultoria contratada, com recursos do financiamento do PROFISCO. No total, foram mapeadas 68 competências, do tipo transversal, gerencial e técnica.

Realizou-se o Dimensionamento da Força de Trabalho com mapeamento de competências e elaboração de trilhas de aprendizagem nas seguintes unidades da Subsecretaria da Receita – SUREC: Coordenação de Atendimento ao Contribuinte - COATE (7 agências), Secretaria Administrativa e Operacional - SEAOP (1 Núcleo), 8 Núcleos de Apoio Administrativo - NUAAD's, totalizando 482 servidores envolvidos. Este projeto continua em andamento.

Foi realizada pesquisa em conjunto com o Grupo de Pesquisa E-Trabalho UnB, no âmbito do GDF, sobre os impactos do Teletrabalho Compulsório e excepcional devido a Covid-19. A pesquisa sobre o teletrabalho ocorreu em 93 órgãos e entidades do GDF mediante questionário elaborado pela UnB com participação da Codeserv junto a 7.421 servidores. Os resultados obtidos foram utilizados para subsidiar as propostas de normas sobre teletrabalho em definitivo. Ainda neste contexto, foi realizada pesquisa em QVT, com o objetivo de analisar os níveis de qualidade de vida no teletrabalho, bem como indicadores de saúde mental no contexto da pandemia de COVID-19.

Também foi feita a identificação da "Gestão Participativa" como competência prioritária para embasar a capacitação de líderes do GDF, nos termos do Plano Estratégico do Governo e PPA 2020-2023. Foram capacitados 150 servidores desta Secretaria na temática.

Visando obter um diagnóstico, com rigor científico, para gerar subsídios fundamentais para a concepção de uma Política e de um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PPQVT, no âmbito da SEEC, foi contratada consultoria na temática QVT. Até o final de 2020, ocorreu a sensibilização dos dirigentes da SEEC, bem como aplicação do Questionário da pesquisa de Avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho, junto aos servidores SEEC. As próximas etapas serão realizadas em 2021.

#### Segurança e Saúde no Trabalho

Elaboração de atos administrativos, portarias e ordens de serviço, em especial voltadas à perícia médica documental: gestão de 7.390 processos.

Em relação à perícia médica oficial, concessão de benefícios e readaptação funcional dos servidores do DF, com o advento da pandemia pela COVID-19, houve inovação no atendimento com a utilização do SEI e do Sistema de Atendimento de Perícia Médica, que possibilitou a realização de perícias médicas e odontológicas em formato on-line. Foram realizadas concessão de benefícios, avaliações de aposentadorias, processos de readaptação funcional, assistências técnicas judiciais, Juntas Recursais de Primeira e Segunda Instância. Foram desenvolvidas 267.828 ações.

Na área de promoção da saúde e segurança dos servidores do DF, ocorreu o alcance das ações preventivas e de promoção à saúde através de plataformas on-line, em complementação aos atendimentos presenciais. Foram desenvolvidas 121.268 ações através do projeto "CUIDANDO DE QUEM CUIDA":

- Saúde mental e preventiva: de forma presencial ou através de plantão de acolhimento on-line.
  - Segurança do trabalho: concessão de laudos e avaliação dos ambientes de trabalho.
  - Promoção à saúde do servidor e avaliações de capacidade laborativa.
  - Alcance remoto através dos formulários de riscos psicossociais e de periódicos on-line.
  - Acolhimento multiprofissional aos servidores acometidos pela COVID-19 on-line.
  - Aquisição de equipamentos de medição ambiental, o que possibilita a maior precisão das avaliações das condições de trabalho.
  - Atendimentos em cardiologia.
- Produção de relatórios e boletins epidemiológicos dos órgãos do GDF: foram elaborados 45 relatórios epidemiológicos; realizados os lançamentos e retificações das licenças homologadas no ano de 2020. No total, foram desenvolvidas 309.530 ações.

Foi traçado plano de ação e de comunicação com a Secretaria de Estado de Educação, para melhor alcance e resultados voltados à saúde dos profissionais.

Destaca-se como ganho importante em 2020 que os laudos de restrição e readaptação funcional passaram a ser lançados no SEI, trazendo celeridade ao atendimento, assim como a realização de capacitações entre os profissionais da SUBSAUDE, em especial a de aplicabilidade do Índice de Funcionalidade Brasileiro - IFBRa.

Ressalta-se a produção do Relatório de COVID-19 - comparativo de março a setembro/2020 dos profissionais da SES, o que possibilitou propor ações de promoção à saúde, que impactarão não só nos servidores, mas em toda a população do DF.

#### Escola de Governo – Capacitação dos servidores do Governo do Distrito Federal

Foram realizados 213 eventos de capacitação nas modalidades: presencial (43 turmas), EAD assíncrono (141 turmas) e EAD síncrono/plataforma webex (29 turmas), com um total de 16.671 inscritos, 6.938 concluintes e 92 órgãos atendidos.

Foi realizado processo seletivo 2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021 para o Programa de Concessão de Bolsa de Estudo do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), aos servidores e aos empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e, também, à sociedade civil (alunos egressos da educação pública do Distrito Federal, com comprovada hipossuficiência de renda), contemplando 382 candidatos, dos quais 135 servidores e empregados públicos e 247 membros da sociedade civil.

E ainda, foi desenvolvido o Programa EGOV.HOME, com objetivo de auxiliar no aprendizado e estimular o autoconhecimento, a partir de coletânea de palestras rápidas, vídeo aulas e atividades de Educação a Distância para acesso remoto. Foram mais de 4500 visualizações.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10444 - RESULTADO NOMINAL	Bilhão(R\$)		01/01/2001	Anual	0,00	1,40	0,10	-	0,15	-	0,20	-	SUTES/SAF/SEEC
<b>Justificativa:</b> 2020 - O resultado nominal acima da linha alcançado em 2020 foi positivo em R\$ 1.412.227.817,18 atendendo, portanto, ao valor desejado para o período. Cabe ressaltar ainda, que o atingimento da meta para o indicador de Resultado Nominal na forma estabelecida pela área técnica é muito importante para a recuperação financeira do Distrito Federal. Fonte: Anexo 6 do RREO - publicado no DODF nº 20, 29 de janeiro de 2021. Páginas 31 e 32.													
10392 - CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA DA LIDERANÇA	UNIDADE		01/01/2001	Semestral	270,00	0,00	270,00	-	270,00	-	270,00	-	EGOV-SUGEP/SAGA/SEEC
<b>Justificativa:</b> 2020 - Em razão da suspensão das atividades educacionais imposta pela pandemia COVID-19 (Decreto nº 40.539/2020), e após a edição do Decreto nº 40.939/2020, a EGOV passou a realizar, cursos/atividades, por meio de plataformas e aplicativos de transmissão de som e imagem, de modo síncrono e assíncrono, como alternativa eficiente para reunir servidores, empregados públicos da Administração Direta e Indireta. Entretanto, não foi possível realizar uma capacitação específica para chefias/lideranças, cab													
10544 - DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE DATACENTER	PERCENTUAL		01/01/2001	Trimestral	99,70	99,80	99,70	-	99,97	-	99,97	-	SUTIC/SAGA/SEEC
<b>Justificativa:</b> 2020 - Índice estipulado para o período foi alcançado.													

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS</b>	<b>10000000,0</b>	<b>215750,76</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0007 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-- DISTRITO FEDERAL	10000000,0	215750,76	0	0
<b>TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA</b>	<b>10000000,00</b>	<b>215750,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA</b>	<b>1100000,0</b>	<b>666505,16</b>	<b>666505,16</b>	<b>334544,49</b>
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	1100000,0	666505,16	666505,16	334544,49
<b>TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>1100000,00</b>	<b>666505,16</b>	<b>666505,16</b>	<b>334544,49</b>

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94</b>	<b>17046006,0</b>	<b>16159037,80</b>	<b>16156195,84</b>	<b>16156195,84</b>
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94-- DISTRITO FEDERAL	17046006,0	16159037,80	16156195,84	16156195,84
<b>9106 - AUXÍLIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO</b>	<b>3000000,0</b>	<b>2119356,20</b>	<b>1898712,00</b>	<b>1417945,10</b>
0006 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2119356,20	1898712,00	1417945,10

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>5000000,0</b>	<b>8962500,0</b>	<b>8795614,20</b>	<b>7621944,40</b>
0005 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	8962500,0	8795614,20	7621944,40
<b>9117 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO E OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>10000000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0001 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO E OPERAÇÕES DE CRÉDITO--DISTRITO FEDERAL	10000000,0	0,0	0	0
<b>9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>8328382,0</b>	<b>22856906,00</b>	<b>10048397,13</b>	<b>10048397,13</b>
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	8328382,0	22856906,00	10048397,13	10048397,13
<b>9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA</b>	<b>519139424,0</b>	<b>234793162,13</b>	<b>211880666,82</b>	<b>211880666,82</b>
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	96368840,0	25457150,33	17476520,25	17476520,25
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	422770584,0	209336011,80	194404146,57	194404146,57
<b>9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP</b>	<b>9047831,0</b>	<b>9827831,00</b>	<b>9690150,58</b>	<b>9690150,58</b>
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	9047831,0	9827831,00	9690150,58	9690150,58
<b>9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA</b>	<b>122436815,0</b>	<b>164436815,00</b>	<b>151360268,02</b>	<b>151360268,02</b>
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	122436815,0	164436815,00	151360268,02	151360268,02
<b>9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>445835873,0</b>	<b>551352053,16</b>	<b>524648971,80</b>	<b>457734331,10</b>

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- PRECATÓRIOS - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	367535873,0	376535873,0	359132916,19	359132916,19
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	55000000,0	65908218,66	57933861,24	57019220,87
0013 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO DEPÓSITO JUDICIAL- DISTRITO FEDERAL	18000000,0	108000000,0	107551300,0	41551300,0
0030 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- ANISTIADO POLÍTICO- DISTRITO FEDERAL	5000000,0	679775,0	0	0
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- OUTRAS DECISÕES - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	300000,0	228186,50	30894,37	30894,04
<b>9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>174615000,0</b>	<b>200312607,00</b>	<b>200312605,98</b>	<b>180026158,05</b>
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- DISTRITO FEDERAL- DF ENTORNO	174615000,0	200312607,00	200312605,98	180026158,05
<b>9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA</b>	<b>2000000,0</b>	<b>11736263,08</b>	<b>11683772,63</b>	<b>11683772,63</b>
0077 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	2000000,0	11736263,08	11683772,63	11683772,63
<b>9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL</b>	<b>22942938,0</b>	<b>17589770,20</b>	<b>17019577,34</b>	<b>16067334,33</b>
0077 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL- DISTRITO FEDERAL	20080427,0	12530607,20	12387992,19	12387992,19
0097 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	2862511,0	5059163,00	4631585,15	3679342,14
<b>9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>35043749,0</b>	<b>25930764,39</b>	<b>25568805,51</b>	<b>25359149,84</b>
0056 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	15043749,0	15253250,62	14916309,80	14889429,21

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0057 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- TRIBUTOS-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	10677513,77	10652495,71	10469720,63
<b>9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS</b>	<b>56178146,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0021 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-- DISTRITO FEDERAL	56178146,0	0,00	0	0
<b>TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>1430614164,00</b>	<b>1266077065,96</b>	<b>1189063737,85</b>	<b>1099046313,84</b>

## 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>3184195,0</b>	<b>6076797,00</b>	<b>5950725,00</b>	<b>5882290,18</b>
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	3184195,0	6076797,00	5950725,00	5882290,18
<b>2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO</b>	<b>9630173,0</b>	<b>9163395,71</b>	<b>9161537,80</b>	<b>7769906,80</b>
0006 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	9630173,0	9163395,71	9161537,80	7769906,80
<b>2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS</b>	<b>31225193,0</b>	<b>30299712,85</b>	<b>28921160,65</b>	<b>26392562,95</b>
0001 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	31225193,0	30299712,85	28921160,65	26392562,95
<b>2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF</b>	<b>401248776,0</b>	<b>421121410,21</b>	<b>405996706,94</b>	<b>371404763,58</b>
0004 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10122200,0	6784687,14	5603715,47	3722448,92
0006 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF- VIGILÂNCIA- DISTRITO FEDERAL	284337205,0	320728989,52	310895970,25	284755916,81
0008 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF- LIMPEZA- DISTRITO FEDERAL	106789371,0	93607733,55	89497021,22	82926397,85
<b>3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI</b>	<b>3104868,0</b>	<b>270498,15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
0001 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI- REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	3104868,0	270498,15	0	0
<b>8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>510299973,0</b>	<b>505425820,12</b>	<b>505425820,12</b>	<b>504801353,19</b>
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	510299973,0	505425820,12	505425820,12	504801353,19
<b>8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>	<b>18757760,0</b>	<b>41286912,55</b>	<b>16286912,55</b>	<b>15651368,40</b>
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	18757760,0	41286912,55	16286912,55	15651368,40
<b>8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS</b>	<b>30744842,0</b>	<b>24625260,01</b>	<b>24456402,30</b>	<b>21925769,69</b>
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	30744842,0	24625260,01	24456402,30	21925769,69
<b>1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>1010000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0038 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- PLANO PILOTO .	1010000,0	0,0	0	0
<b>3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>2776627,0</b>	<b>207980,66</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0032 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- DISTRITO FEDERAL	2776627,0	207980,66	0	0
<b>TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO</b>	<b>1011982407,00</b>	<b>1038477787,26</b>	<b>996199265,36</b>	<b>953828014,79</b>

### **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

#### **Realizações extraordinárias.**

Para elaborar Relatório de Gestão 2020 – RGE, que traduza o funcionamento da UO 19101 – Secretaria de Estado de Economia – SEEC, as principais áreas de atuação foram distribuídas em eixos de gestão: Gestão Fazendária; Gestão de Administrativa, Gestão de Planejamento e Orçamento e, ainda, Unidades Técnicas e de Apoio.

#### **GESTÃO FAZENDÁRIA**

##### **RECEITA**

Valor Total da Arrecadação Tributária (exceto IRRF)	14.103.053.134,83
Arrecadação do ICMS	8.314.467.876,50

Arrecadação do ISS	1.683.910.439,26
Arrecadação do IPVA	1.178.793.994,56
Arrecadação do IPTU	881.386.756,32
Arrecadação do ITBI	533.754.556,83
Arrecadação do ITCD	131.114.390,32
Receita do IRRF acumulada até 10/2020	2.695.387.000,00

Fonte: SIGGo

#### Incentivos Fiscais

##### Nova Legislação Implementada

- Decreto nº 39.753/2019, 02/04/2019 – adesão do DF a benefício fiscal de Goiás;
- Decreto nº 39.803/2019, 02/05/2019 – EMPREGA-DF
- Decreto nº 39.828/2019, 15/05/2019 – benefício fiscal de Goiás (Agronegócio);
- Decreto nº 40.036/2019, 22/08/19 – benefício fiscal de Goiás (segmento de recicláveis);
- Decreto nº 40.337/2019, 23/12/19 – benefício fiscal de Goiás (micro cervejaria, a pessoa jurídica cuja produção anual de cerveja e chope artesanais).
- Lei nº 5005, 21/12/2012 – Regime diferenciado de arrecadação para Atacadistas

##### Lei 5005/2012 (Atacadistas)

- Atacadistas Ativos (Lei 5.005/2012)
- 2019 – Arrecadação de R\$ 595 milhões;
- 2020 - Arrecadação de R\$ 600 milhões.

##### Emprega-DF

- Projetos novos aprovados
- Migrações do IDEAS
- Migração com expansão

##### Migração

Empregos Diretos a Gerar ou Manter em 5 anos	4.543
Empregos Indiretos a Gerar ou Manter em 5 anos	8.394
Arrecadação (Normal, ST interna e outros)	R\$ 228.630.173,94

##### Novos

Empregos Diretos a Gerar ou Manter em 5 anos	6.952
Empregos Indiretos a Gerar ou Manter em 5 anos	1.390
Arrecadação (Normal, ST interna e outros)	R\$ 25.404.650,73

##### Investigação fiscal - soma

ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Vitorias IN 02/2017	111	92	120	136	122	140	191	116	140	118	157	142
Demandas Externas - Vitorias/Atendimento	0	1	1	7	4	2	5	2	1	3	1	0
Relint/Adendo	1	1	0	2	0	0	0	1	1	1	0	0
Suspensão/Cancelamento/Denegação/Término/Ação	41	41	21	28	30	33	36	25	50	43	44	53

Quantitativo mensal de atividades desenvolvidas pela ASINF/SUREC/SEF/SEEC

##### Cobrança e Recuperação de Crédito

###### Protesto

Enviou 3.749 dívidas para protesto: R\$ 189.164.036,70.

###### Correios

Enviou 158.769 comunicados.

###### Parcelamentos

Cerca de 631 mil comunicados de parcelas a vencer e 192 mil comunicados de inadimplência. E concedidos mais de 74 mil parcelamentos: total de R\$ 2,7 bilhões negociados - a maior parte refere a adesões ao REFIS/2020.

###### AGREC

Contato telefônico com 129.443. Cobrança de R\$2.376.170.200,00.

###### Cobrança Especializada

Cobrança especializada para 774 contribuintes. Valor total de dívida: R\$ 3.070.725.991,15.

###### Comércio Eletrônico

145.890 comunicados cobrando. Total: R\$ 589.555.940,21

###### Dívida Ativa

Inscritos em Dívida Ativa 533.172 CDAs. Total R\$1.537.288.081,66.

**Rito Especial**

Enviados 3.306 comunicados relativos a 2013 e 2015. Total: R\$ 39.064.488,60.

**Mensagem eletrônica (e-mail)**

DAT 2015 - 5.000  
 AVISO SORTEIO DO NOTA LEGAL - 300.159  
 REFIS 2020 - 105.000  
 410.159

**SMS**

DAT 2015 - 7.000  
 REFIS 2020 - 120.000

**Ligação telefônica automatizada (URA ATIVA - central 156)**

REFIS 2020 150.000

**Ligação telefônica - atendente (Central 156)**

REFIS 2020 - 20.000

**Fiscalização do ICMS**

**Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito Relatório Consolidado das Atividades de Fiscalização da GEFMT Anual/2020**

<b>GEFMT - VALORES TOTAIS E MÉDIAS</b>			<b>ICMS EXONERADO - GLME TOTAL x GLME DIFERIDO</b>	
<b>Item</b>	<b>Plantões/Exp.</b>	<b>Total</b>	<b>Item</b>	<b>Total</b>
Missões - Qtd*	991	480	GLME - Importação - Qtd	2706
Transportadoras - Qtd*	991	192	GLME - Importação - CT	1.320.406.378,24
AI/AIA - Qtd*	991	856	GLME - ICMS Diferido - Qtd	592
AI/AIA - CT*	991	61.136.739,28	GLME - ICMS Diferido - CT	14.039.427,97
DI/DSI/DUIMP - Qtd	229	825	GLME Total - Qtd	3298
DI/DSI/DUIMP - CT	229	14.912.714,25	GLME Total - CT	1.334.445.806,21
GLME - IMPORTAÇÃO - Qtd	229	2.706		
GLME - IMPORTAÇÃO - CT	229	1.320.406.378,24		
GLME - ICMS DIFERIDO - Qtd	229	592		
GLME - ICMS DIFERIDO - CT	229	14.039.427,97		
DAR/GNRE - Qtd	229	78		
DAR/GNRE - CT	229	236.974,12		

Total de CT Const. no ano - R\$: **76.286.427,65**

Total de GLME no ano - Qtd: **3298**

Total de GLME no ano - R\$: **1.334.445.806,21**

\* Deduzido o total de expedientes do NUAER

**Gerência de Auditoria Tributária**

<b>RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ATIVIDADES GEAUT - JAN A DEZ/2020</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>Quantidade.</b>	<b>Crédito Tributário - R\$</b>
AEC-CARTÃO	46	46.317.486
AEC-CIPE	35	7.547.644
AEC-LOS OUTROS	1	1.546
AEC-MANU	1	-----
AEC-MISSING	130	179.593.053
AEC-MISSING NFCE	3	52.021
AEC-SUBPRIME	9	30.323.552
AUDITORIA	6	56.067.692

Decisão judicial	5	-----
Diligência Especial	16	-----
Diligência GEJUC/TARF	27	-----
Diligência GEJUC/TARF Aposentado	5	-----
Diligência NUOPE/GEAUT	2	-----
Diligência Preparo	27	-----
Julgamento 1a. Instância	5	-----
Operação ECF	1	-----
Operação Especial	1	-----
Perícia/Assistência Técnica	21	-----
Refazer autuação	1	-----
Total de ações	342	-----
Quantidade de Autos de Infração até R\$100.000	32	-----
Quantidade de Autos de Infração R\$ 100.001 até 1.000.000	95	-----
Quantidade de Autos de Infração R\$ 1.000.001 até 10.000.000	29	-----
Quantidade de Autos de Infração acima R\$ 10.000.001	3	-----
Valor das autuações R\$	159	319.902.994

**Gerência de Controle de Processos Administrativos Fiscais**

Processos	DÍVIDA ATIVA		PAGOS		JULGAMENTO	DILIGÊNCIA	PARCELAMENTO	
	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Qt.	Qt.	Valor
JANEIRO	48	32.613.778,70	31	147.218,17	16		04	71.110,85
FEVEREIRO	51	18.250.167,53	21	1.465.729,55	09		04	39.730,33
MARÇO	53	152.864.194,82	26	195.362,54	07		05	18.078,35
ABRIL	55	55.453.975,59	17	337.078,68	17		02	89.478,00
MAIO	70	13.947.970,78	26	646.875,19	10		04	31.430,97
JUNHO	55	5.349.431,08	16	108.399,95	08		06	121.873,17
JULHO	27	2.873.666,81	17	110.075,43	07		01	2.784,53
AGOSTO	59	51.947.291,32	12	318.169,72	09		01	632.529,03
SETEMBRO	60	43.571.246,95	19	279.484,11	13		03	270.934,96
OUTUBRO	28	3.870.980,57	11	209.494,18	06		03	1.585.154,13
NOVEMBRO	43	34.329.954,12	33	169.712,69	07		03	326.733,40
DEZEMBRO	23	5.531.326,02	10	501.580,90	12		00	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>572</b>	<b>420.603.984,29</b>	<b>267</b>	<b>4.489.581,11</b>	<b>121</b>		<b>36</b>	<b>3.189.897,72</b>

**GECON/COFIT – estoque de processos consolidado janeiro a dezembro/2020**

MESES	SALDO INICIAL	SALDO FINAL	ENTRADAS	SAÍDAS
JAN A DEZ/2020	380	393	1.353	1.340

**Gerência de Monitoramento e Auditorias Especiais**

Relatório Consolidado de Atividades da GEMAE: JAN A DEZ/ 2020							
01. Tempo utilizado na realização de cada categoria de atividade:				02. Ações fiscais realizadas no período (incluindo ações continuadas):			
Descrição da Ação Fiscal/Atividade	Total	Percentual		Descrição da Ação Fiscal/Atividade	TOTAL	Percentual	
Horas trabalhadas em monitoramento	12.829	46%		MONITORAMENTO	2.075	63%	
Horas trabalhadas em diligência	4.520	16%		AUDITORIA	472	14%	
Horas trabalhadas em desenvolvimento Qlikview	3.607	13%		DIL. GEMAE	423	13%	
Horas trabalhadas em auditoria	3.214	11%		DIL. ESPECIAL	122	4%	
Horas trabalhadas em coordenação	1.695	6%		Baixa de Inscrição de Substituto	59	2%	
Horas trabalhadas em auditoria – AEC	1.296	5%		DIL. GEJUC/TARF	52	2%	
Horas trab. processos SEI Diversos	330	1%		AEC - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS	47	1%	
Horas trabalhadas em perícias	304	1%		AEC - CANC.CDA / RETIFICAÇÃO LFE	30	1%	
Horas trabalhadas em cursos/eventos	273	1%		DILIGÊNCIA ESPECIAL	12	0%	
03.Outras ações e atividades desenvolvidas:							
Descrição da Ação Fiscal/Atividade	GAB	NICMS-I	NICMS-II	NICMS-III	NUCEL	NUCOM	TOTAL

Análise de Serviços prestados – TELECOM					117		117
Apuração PMPF Combustíveis						25	25
Assistente técnico em processo judicial		178				3	181
Atendimento a substituto tributário		423				240	663
Atendimento ao contribuinte	194		44	377	440		1.055
Atualização de pauta produtos ST		74					74
Confecção de Ordens de Serviço	50						50
Demandas do atendimento virtual (SIGAC)	20	740	93	126		191	1.170
Depoimentos Justiça/CORF		1					1
Diligência PMPF (combustíveis)	429	352	91	42	156	801	1.871
Diligência PMPF (exceto combustíveis)		44					44
Diligências de projeto	110		22		814	-	946
Elaboração de despachos, ofícios e memorandos	763		15	87			865
Elaboração de Estudos e/ou Painéis	24		90	5			119
Participação em Cursos	20						20
Qtd. Arq. retificadores LFE analisados			30				30
Qtd. Pedidos de ressarcimento analisados			12				12
Quantidade de notificações emitidas		5	3	20	149	52	229
Quantidade de processos analisados	301			32	120		453
Quantidade de recursos analisados					2		2
Reuniões como representante do Fisco		16					16
Revisão de Checklist por não autuante		30					30
Sugestão de Alteração da Legislação Tributária	2	1	1	1			5
Vistorias IN 02/2017						29	29
<b>04. Ações fiscais concluídas no período:</b>							
Descrição da Ação Fiscal/Atividade	GAB	NICMS-I	NICMS-II	NICMS-III	NUCEL	NUCOM	TOTAL
AEC - CANCELAMENTO CDA / RETIFICAÇÃO LFE						6	6
AEC - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS						20	20
AUDITORIA		2			10	5	17
Baixa de Inscrição de Substituto		25	1			1	27
DIL. ESPECIAL	1					1	2
DIL. GEJUC/TARF					1	3	4
DIL. GEMAE						304	304
MONITORAMENTO		3	82	46	9	50	190
<b>05. Documentos relacionados à cobrança de tributos no período:</b>							
Descrição da Ação Fiscal/Atividade	GAB	NICMS-I	NICMS-II	NICMS-III	NUCEL	NUCOM	TOTAL
Quant. Autuação até R\$ 100.000,00		1			6	3	10
Quant. Autuação: R\$ 100.001 até 1mi		3			1	1	5
Quant. Autuação: R\$ 1 mi até 10 mi		3				1	4
Quant. Autuação: Acima de R\$ 10 mi		2		1			3
Quant. Recolhimento - monitoramento		1	32	33	2	3	71
Quant. Recolhimento - monitoramento Faixa 2		2	27	26	7	11	73
Quant. Recolhimento - monitoramento Faixa 3		1	1			-	2
Valor Autuações (R\$)		730.075.255		45.669.554	1.188.215	5.719.854	782.652.878
Valor Recolhimentos (R\$)		39.623.797	10.716.290	3.473.387	2.000.675	6.304.073	62.118.222
<b>Total dos valores Autuados e Recolhidos (R\$)</b>		769.699.052	10.716.290	49.142.941	3.188.890	12.023.927	844.771.100
OBS:							

1) R\$ 1.347.686,96 de recolhimentos registrados na coluna NICMS-I resultaram de atividades conjuntas com o NICMS-III
2) R\$ 6.193.375,53 de recolhimentos registrados na coluna NICMS-II resultaram de atividades conjuntas com o NICMS-III
3) R\$ 3.473.387,31 de recolhimentos registrados na coluna NICMS-III resultaram de atividades conjuntas com o NICMS-II

#### Fiscalização do ISS

Resumo do Crédito Tributário dos Autos de Infração Lavrados pela Gerência de Fiscalização do ISS – 2020

Setor	nº AFR	Qtd. de ações fiscais distribuídas	Ações fiscais concluídas com débito	Ações fiscais concluídas sem débito	Ações fiscais em andamento	Crédito constituído
NUISS I	2	5	3	0	2	518.240,50
NUISS II	1	53	31	9	13	38.510.564,01
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>58</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>39.028.804,51</b>

#### Sistemas de Fiscalização Tributária

##### Gerência de Programação Fiscal - GEPRO

Com vistas à constituição do crédito tributário, foram planejadas e distribuídas 1524 ações:

TIPO DE AÇÃO FISCAL	Distribuídas no ANO 2020
AEC - CANCELAMENTO CDA / RETIFICAÇÃO LFE	5
AEC - CARTÃO	98
AEC - CIPE (Crédito Indevido pelas Entradas)	39
AEC - FRETE	20
AEC - MISSING	133
AEC - MISSING NFCE	1
AEC - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS	19
AEC - SUBPRIME	2
AEC OUTRAS - ISS	1
AUDITORIA	32
AUDITORIA ISS	12
Baixa de Inscrição de Substituto	27
DECISÃO JUDICIAL	5
DIL. ESPECIAL	129
DIL. GEJUC/TARF	30
DIL. GEMAE	290
DIL. NUOPE/GEPRO	232
DILIGÊNCIA GEJUC/TARF APOSENTADO	5
JULGAMENTO 1ª INSTÂNCIA	7
MONITORAMENTO	403
OPERAÇÃO ECF	10
OPERAÇÃO ESPECIAL	3
Perícia Judicial - Assistência Técnica	20
REFAZER AUTUAÇÃO	1
<b>TOTAL</b>	<b>1524</b>

##### Gerência de Gestão do Malha Fiscal - GGMAF

GGMAF -CONTRIBUENTES NOTIFICADOS (unidade) - Até 11/2020

<b>GGMAF -CONTRIBUENTES NOTIFICADOS (unidade) -Até 11/2020</b>	
CONTRIBUENTES JÁ NOTIFICADOS	
Jan/17 a Dez/19 (a)	120.119
Acumulado em 2020 (b)	9.842
Acumulado Geral c = a + b	129.961

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela contribuintes já notificados

GGMAF - CONTRIBUENTES NO MALHA (unidade)

<b>GGMAF -CONTRIBUENTES NO MALHA (unidade)</b>	
Em novembro/2019	m novembro/2020
80.910	88.319

Fonte: Relatório GGMAF/ Tabela Contribuinte no Malha Atual.

GGMAF -Nº DE ATENDIMENTOS VIRTUAIS CONCLUÍDOS (unidade)-até novembro de 2020

<b>GGMAF -Nº DE ATENDIMENTOS VIRTUAIS CONCLUÍDOS (unidade)-até novembro de 2020</b>
---

De jan/17 a dez/18	Em 2019	Em 2020 (até nov)
21.937	13.150	7.352

Fonte: Relatório GGMAF/ Tabela Nº Atendimentos Virtuais Concluídos

GGMAF-RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS (unidade)-até 11/ 2020

<b>GGMAF-RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS (unidade)-até 11/ 2020</b>				
Tipo	Saldo 11/2019	Saldo 11/2020	Resolvidas desde 01/2017 até 11/2019	Resolvidas desde 01/2017 até 11/2020
01 - Faturamento declarado no Livro Fiscal Eletrônico - LFE x Movimentação do Cartão Débito/ Crédito	570.501	537.180	200.708	310.649
02 - Saída de Mercadoria do Livro Fiscal Eletrônico - LFE x Saída de Mercadorias de NF-e emitidas	35.448	39.263	22.196	30.514
03 - Transporte do Saldo Credor do Mês Anterior	5.387	5.294	1.664	2.908
04 - Aproveitamento Indevido de Crédito	10.659	9.328	7.173	10.237
06 - Limite MEI x Compras NF-e	11.359	12.209	1.401	4.596
07 - Limite MEI x Faturamento do Cartão Débito/ Crédito	47.868	49.699	1.462	6.559
08 - Valor do ICMS ST - Nota Fiscal Eletrônica X ICMS - ST Declarado no LFE - Livro Fiscal Eletrônico.	3.889	4.459	2.197	3.326
09 - Valor do ISS da Nota Fiscal Eletrônica NFe x Valor do ISS Declarado no Livro Fiscal Eletrônico - LFE	43.184	43.465	29.237	36.403
17 - LFE/CARTÃO/NFE x PGDAS	450.602	422.417	151.181	260.399
<b>TOTAL</b>	<b>1.213.207</b>	<b>1.123.314</b>	<b>454.796</b>	<b>665.591</b>

Relatório GGMAF/ Tabela Nº de Divergências Resolvidas

GGMAF/COSIT -RESULTADO DE ALTERAÇÃO DE DECLARAÇÕES -2019 (1)

<b>GGMAF/COSIT -RESULTADO DE ALTERAÇÃO DE DECLARAÇÕES -2019 (1)</b>				
<b>RESULTADO DE ALTERAÇÃO DE DECLARAÇÕES</b>				
Período	ICMS	ISS	Saldo Credor	ICMS ST
Jan/17 a Dez/19	634.438.098	250.344.164	23.925.785	71.432.737
Jan a Nov/20	846.694.036	271.846.155	26.194.456	163.055.371

(1) Os dados acima são de alterações de declarações de contribuintes que foram objeto de ação pelo MALHA DF, exclusiva ou não

Redução dos Valores e Quantidades de Contribuintes das Divergências por Ano Calendário dos LFe's desde 2012.

Valores das Divergências (R\$/1.000)

Tipos Divergência	ICMS_Saída			Saldo_Credor			Crédito Indevido			ICMS_ST		
	Ano_LFe	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total
2012	92.175	1.243.264	93%	10.179	204.837	95%	35.047	118.799	70%	64	84.712	100%
2013	57.251	2.166.648	97%	5.329	196.477	97%	23.599	91.301	74%	722	125.090	99%
2014	190.538	3.833.128	95%	16.852	108.969	85%	40.714	89.686	55%	2.901	269.827	99%
2015	123.224	5.142.098	98%	15.418	229.839	93%	32.652	90.423	64%	2.205	61.142	96%
2016	149.609	7.048.916	98%	32.798	175.569	81%	58.305	131.736	56%	6.853	71.630	90%

2017	151.824	6.880.675	98%	57.117	136.287	58%	62.406	139.460	55%	2.984	48.868	94%
2018	204.336	2.950.499	93%	104.158	176.043	41%	87.152	166.248	48%	3.732	43.906	92%
2109	836.573	1.591.343	47%	60.891	78.986	23%	47.890	65.770	27%	94.542	109.116	13%
2020	62.619	69.051	9%	1.959	1.968	0,5%	6.922	6.957	0,5%	1.055	1.057	0,2%

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela Redução dos Valores e Quantidades de Contribuintes das Divergências por Ano Calendário dos LFe's desde 2012

#### Quantidade de Contribuintes notificados por Ano Calendário

Divergência	ICMS_Saída			Saldo_Credor			Crédito Indevido			ICMS_ST		
	Ano_LFe	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total
2012	304	2.088	85%	239	3.204	93%	405	5.994	93%	26	222	88%
2013	404	2.562	84%	310	3.096	90%	421	5.473	92%	87	395	78%
2014	1.180	2.728	57%	466	1.962	76%	524	3.502	85%	170	445	62%
2015	1.042	2.812	63%	541	1.657	67%	538	3.233	83%	176	491	64%
2016	1.409	3.211	56%	766	1.335	43%	606	1.522	60%	242	523	54%
2017	1.799	3.611	50%	758	1.206	37%	554	1.121	51%	261	520	50%
2018	2.515	4.680	46%	806	1.303	38%	554	985	44%	313	599	48%
2019	3.633	4.978	27%	977	1.213	19%	791	1.145	31%	555	748	26%
2020	1.144	1.265	10%	123	124	1%	239	246	3%	223	225	1%

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela Redução dos Valores e Quantidades de Contribuintes das Divergências por Ano Calendário dos LFe's desde 2012

#### Valores das Divergências (R\$/1.000)

Divergência	ISS			Cartão			PGDAS		
	Ano_LFe	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total
2012	873	47.571	98%	400.858	6.006.904	93%	0	5.589.004	100%
2013	2.351	180.725	99%	513.283	10.006.514	95%	650.598	85.132.458	99%
2014	40.895	593.998	93%	2.093.292	8.858.183	76%	2.131.930	7.210.235	70%
2015	45.937	1.589.379	97%	2.137.072	11.958.780	82%	5.907.694	27.341.278	78%
2016	40.246	17.593.691	100%	2.665.539	10.350.509	74%	6.271.325	24.624.932	75%
2017	47.651	874.942	95%	2.997.173	7.586.354	60%	3.395.677	8.818.645	61%
2018	63.265	2.479.217	97%	3.448.586	8.614.424	60%	6.339.089	13.454.017	53%
2019	130.048	344.999	62%	5.406.585	8.291.893	35%	6.296.446	10.748.459	41%
2020	5.660	5.860	3%	80.985	81.362	0,5%	179.109	188.499	5%

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela Redução dos Valores e Quantidades de Contribuintes das Divergências por Ano Calendário dos LFe's desde 2012

#### Quantidade de Contribuintes notificados por Ano calendário

Divergência	ISS			Cartão			PGDAS		
	Ano_LFe	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total	% 1-A/T	Ativo	Total
2012	103	721	86%	1.354	21.574	94%	0	19.081	100%
2013	222	1.068	79%	1.573	24.592	94%	1.199	23.541	95%
2014	2.215	5.147	57%	17.017	26.826	37%	17.158	26.253	35%
2015	2.309	5.530	58%	17.405	29.055	40%	17.025	31.268	46%
2016	2.404	6.188	61%	18.745	32.552	42%	17.467	30.376	42%
2017	2.485	5.997	59%	20.162	28.988	30%	19.877	32.995	40%
2018	2.905	6.763	57%	20.911	30.772	32%	23.696	35.029	32%
2019	3.585	5.997	40%	26.648	31.740	16%	27.648	39.308	30%
2020	1.107	1.115	1%	2.856	2.878	0,8%	5.403	5.462	1%

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela Redução dos Valores e Quantidades de Contribuintes das Divergências por Ano Calendário dos LFe's desde 2012

Legenda:

A = Ativo: Contribuinte com divergências

T = Total: Contribuintes totais notificados no MALHA (inclui os inativos, que sanaram as divergências e os Ativos)

% 1-A/T: Percentual de saneamento das divergências

#### Tributos Diretos

Os resultados do lançamento dos tributos diretos representam em torno de 20% da receita tributária do DF. Demonstrados a seguir (IPTU, IPVA, ITCD e ITBI)

##### IPTU – Lançamento do exercício de 2020

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
987.829	919.133	1.235.948.503,99	881.386.756,32

Fonte: Sistema de Gestão da Cobrança. Elaboração CCALT.

##### IPVA – Lançamento do exercício de 2020

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação

1.386.140	1.261.209	1.335.129.970,30	1.178.793.994,56
-----------	-----------	------------------	------------------

Fonte: Sistema de Gestão da Cobrança e Painel Qlikview. Elaboração CCALT.

#### ITBI e ITCD – Lançamento do exercício de 2020

Imposto	Quantidade de transações tributadas	Total do Imposto	Valor da arrecadação (com acréscimos)
ITBI	42.287	549.895.967,46	533.754.556,83
ITCD	17.340	144.862.430,17	131.114.390,32
TOTAL	59.627	694.758.397,63	664.868.947,15

Fonte: Núcleo de Gestão dos Impostos de Transmissão/Gerência de Tributos Diretos.

Destaca-se o desenvolvimento da Declaração Eletrônica do ITCD – DEITCD para que o contribuinte declare, apure e emita a guia de recolhimento.

Lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos. Dados a seguir.

#### ISS AUTONOMOS – Lançamento do exercício de 2020

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 28/12/2020	Valor pago até 28/12/2020
Nível médio	3.106	3.738.845,52	2.789.242,22	672.636,22
Nível superior	4.079	9.533.566,53	7.051.374,33	2.493.893,41
TOTAL	7.185	13.272.412,05	9.840.816,55	3.166.529,56

Fonte: Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF/CCALT/SUREC/SEF/SEEC.

#### Nota Legal

No ano de 2020, 241.407 contribuintes utilizaram R\$ 52.343.481,55 em créditos para abatimento de IPTU e IPVA. E 160.519 consumidores indicaram R\$ 28.919.806,63 em créditos para depósito em conta bancária. O sorteio distribuiu 12.600 prêmios no valor total de R\$ 3.000.000,00.

#### Atividades da Tributação

A COTRI, no exercício de 2020, realizou a propositura de 181 atos normativos.

As normas elaboradas foram disponibilizadas nos meios institucionalmente aceitos. Foram gerados, ainda, 124 informativos NUDIS.

Função Relativa ao Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal

Foram julgados cerca de 710 processos. Total: R\$ 670,33 milhões.

Ao final de 2020 chegou a R\$ 328,2 milhões (crédito tributário constituído).

O estoque de processos a julgar ao final de 2020 corresponde a 114 processos, contra 635 em 2019,

#### GEJUC – Estoque de processos

	2019	2020
NÚMERO DE PROCESSOS	635	614

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição: dezembro/2020.

GEJUC - Quantitativo de processos recebidos em 2020 e Crédito Tributário Constituído

ANO-MÊS	VALOR LANÇADO (R\$)	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Total	663.329.942	186

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição: dezembro/2020.

O SGEJUC, ferramenta fundamental para o processo de modernização da GEJUC, está em permanente processo de ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades.

#### Função relativa a Controle e Acompanhamento e Processos Especiais

Foram emitidos 1.904 documentos administrativos, dos quais 414 referem-se a pareceres de pedidos de adoção de regime especial, 704 notificações e despachos e 398 referem-se a minutas de documentos administrativos para serem concedidos pela Gerente, pelo Coordenador ou pelo Subsecretário.

As demandas por atendimento virtual – GAC, totalizaram 402 demandas referentes à Lei 5.005/2012, ao artigo 320-D do Decreto 18.955/1997, ao Decreto 34.063/2012, ao Decreto 39.753/2019, ao Decreto 40.337/2019 e à Portaria 362/2019.

Estoque de processos em 01/01/2020: 230 processos divididos em 163 processos físicos e 67 digitais. O NUBEF empreendeu para automatizar/simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral.

Para análise do art. 14 do CTN, foi elaborado um painel Qlik View com as informações das instituições de educação que possuem ato declaratório reconhecendo a imunidade com o LFE e a NF-e.

O NUBEF, em trabalho conjunto o NUGIT/GEDIR, vem propiciando o recolhimento de ITBI complementar nas integralizações de imóveis em valores inferiores a pauta da SEF.

No exercício das atividades relativas aos benefícios fiscais de menor complexidade, no exercício de 2020, foram analisados 6.914 processos, que refletiram na emissão de Autorizações, Atos Declaratórios, Despachos de Indeferimentos e outros, em um total de 3.445 documentos emitidos.

Foi elaborada proposta de criação de sistema de concessão eletrônica de isenção do ICMS Pessoa com Deficiência e Taxista, que por requerimento on-line, solicitará o benefício para aquisição do veículo. Esse sistema deverá integrar as bases de dados da SUREC (SITAF, SIGAC, SEI, SIGEST e DEC) e de dados de entidades externas de forma a reduzir/eliminar o trabalho manual e viabilizar a quantificação e qualificação de toda a renúncia fiscal do DF, servindo de parâmetro para a LOA e LRF e permitindo a extração de relatórios gerenciais necessários à administração tributária.

#### Função relativa ao Esclarecimento de Normas

A COTRI produziu 40 pareceres administrativos para o esclarecimento de normas, incluídas nesse total as demandas vinculadas aos contribuintes tributários do DF.

#### Atendimento ao Contribuinte

A implantação e a ampliação da plataforma digital do Atendimento Virtual atingiram o objetivo de proporcionar segurança ao público da Receita do DF, respeitando o Decreto 40.817/2020, e facilitou a implementação do regime de teletrabalho dos servidores da SEEC, desde 23 de março de 2020, em cumprimento ao disposto no Decreto 40.546/2020, regulamentado pela Portaria 76/2020.

Relação dos principais projetos em que a COATE está envolvida:

- Desenvolvimento e aprimoramento do novo Portal de Serviços da SUREC/SEF/SEEC;
- Migração dos serviços do antigo site da SEF/DF para o Portal da Receita e a inclusão de novos serviços;
- Desenvolvimento de nova identidade visual do atual Portal da Receita e a definição da nova arquitetura dos serviços disponibilizados nas áreas pública e restrita do site;
- Implementação da responsividade dos sistemas relativos aos serviços no Portal da Receita nos aparelhos móveis, com proposta entregue para a fábrica de sistemas (CAST) e aguardando resposta da empresa para a implementação;
- Permanente evolução do sistema de gestão de atendimento ao contribuinte, o SIGAC;
- Desenvolvimento do novo sistema de emissão da Nota Fiscal Avulsa, em fase de conclusão;
- Disponibilização de rede sem fio para o acesso do contribuinte às áreas de atendimento das Agências da Receita, não implementado e aguardando as ações da SUTIC/SEEC;
- Instalação de fibra ótica nas agências de Ceilândia e da Asa Norte, para melhorar o funcionamento dos sistemas da Receita e agilizar o atendimento ao público, não implementado e aguardando as ações da SUTIC/SEEC.
- Aquisição de totens (emissão de senhas), para o atendimento ao público nas 6 agências da Receita;
- Participação na elaboração de normas e propostas para o procedimento de disponibilizar espaço físico nas Agências de Atendimento da Receita para as empresas credenciadas e signatárias do Acordo de Cooperação Técnica a receber as receitas do DF por meio de cartão de crédito, em atendimento ao disposto no art. 3º do Decreto Nº 39.972 DE 22/07/2019.

#### Do autoatendimento

A Receita disponibilizou na internet serviços para o público do DF, pessoa física ou jurídica, para autoatendimento através do portal "Agenci@Net" (área pública e restrita), e do Portal de Serviços da Receita, além do sistema para a emissão de Nota Fiscal Avulsa – SENFA.

O público pode acessar os serviços na internet para o autoatendimento com certificado digital, um sistema de autenticação pago para uma autoridade certificadora (AC) da ICP-Brasil ou por meio de senha eletrônica disponibilizada gratuitamente pela SUREC/SEF/SEEC pelo sistema Nota Legal ou pelo governo federal no e-GOV.

#### Do Atendimento Remoto – Atendimento Virtual e Central 156.

Todos os serviços prestados pela SUREC/SEEC/DF foram disponibilizados na internet, na plataforma do Portal de Serviços, www.receita.fazenda.df.gov.br, e por meio de telefone na Central 156, dispensando o atendimento presencial nas Agências de Atendimento.

O atendimento remoto otimizou a solução das solicitações, uma vez que a demanda formalizada por meio da internet é encaminhada automaticamente para o analista responsável e a Central 156 presta o atendimento de baixa complexidade durante o atendimento da chamada telefônica.

A tabela 01, abaixo, demonstra a evolução dos últimos cinco anos, do atendimento remoto (serviços demandados na Central 156 e no Atendimento Virtual) contabilizados pela Agência de Atendimento Remoto:

ANO	Central 156* (Telefone)	AGREM *	TOTAL
2016	301.772	110.200	411.972
2017	333.304	139.918	473.222
2018	241.764	154.747	396.511
2019	178.991	187.922	366.913
2020*	216.599	221.781	438.380

Fonte: AGREM, Agência de Atendimento Remoto.

\*Não foi contabilizado o dado da Central 156 relativo ao mês de dezembro/2020 devido ao não envio da informação.

Obs.: Não existe registro dos acessos aos serviços disponibilizados na área pública da página da SUREC/SEF/SEEC na internet e não foram contabilizados na tabela.

A diminuição dos atendimentos na Central 156 a partir do ano de 2018 implica redução da necessidade de atendentes terceirizados da SEEC, enquanto o aumento dos atendimentos da AGREM demonstra a eficiência na distribuição dos serviços, eliminando custos das etapas intermediárias de recepção, saneamento e distribuição dos processos.

#### Do Atendimento Presencial nas Agências de Atendimento da Receita

Verifica-se nos registros dos atendimentos presenciais da Tabela 02, que ainda há cidadãos que preferem o atendimento presencial.

É expressiva a quantidade de contribuintes que solicita abertura de serviços disponibilizados na internet pelo atendimento presencial nas Agências de Atendimento.

A tabela 02 demonstra na primeira coluna os atendimentos presenciais nas Agências de Atendimento no ano de 2020, e na segunda coluna a participação de cada agência no total de atendimentos. A tabela 03 demonstra a variação anual negativa das quantidades de atendimentos presenciais nas Agências da Receita do DF no mesmo período.

AGÊNCIAS-2020	ATENDIMENTOS (%)	
AGCEI	10.659	12,21%
AGGAM	11.833	13,55%
AGBRA	27.350	31,33%
AGPLA	13.017	14,91%
AGSIA	10.821	12,40%
AGTAG	13.618	15,60%
TOTAL*	87.298	100,00%

Fonte: BD 05-COATE nº 36/2007

Ano	Atendimentos presenciais nas Agências da Receita
2016	391.762
2017	360.786
2018	289.561
2019	276.849
2020	87.298

Fonte: BD 05-COATE nº 36/2007

Agências da Receita suspenderam o atendimento presencial da forma tradicional de 18 de março/2020 até o mês de julho/2020, os atendimentos foram realizados apenas por agendamento.

#### Do Atendimento Presencial nas Unidades do Na Hora

Os postos de Atendimento da Receita no Na Hora prestam serviços de menor complexidade e imediatos ao cidadão, inclusive aos sábados, contribuindo

significativamente com a diminuição dos atendimentos presenciais nas Agências da Receita.

A tabela 04 demonstra a evolução da quantidade de atendimentos dos postos da SEF/DF nas unidades do Na Hora a partir do ano de 2016. Verifica-se o aumento dos atendimentos devido a criação da nova unidade de Brazlândia, e a transformação da Agência da Receita de Sobradinho em unidade do Na Hora.

Unidade / Ano	2016	2017	2018	2019	2020
Rodoviária	65.916	63.291	65.737	59.052	16.690
Taguatinga	55.940	58.807	66.424	65.679	18.889
Riacho Fundo I	20.487	34.202	29.556	28.533	9.322
Ceilândia	67.816	63.174	75.765	67.456	20.622
Sobradinho	27.524	30.298	50.186	52.366	13.511
Gama	43.558	45.627	49.005	44.913	12.529
Brazlândia	0	0	8.992	16.888	4.439
<b>TOTAL</b>	<b>281.241</b>	<b>295.399</b>	<b>345.665</b>	<b>334.887</b>	<b>96.002</b>

Fonte: Sistema de emissão de senhas das unidades do Na Hora.

**Quadro comparativo anual entre o Atendimento Remoto e os Atendimentos Presenciais nas Agências de Atendimento e nas Unidades do Na Hora.**

ANO	Remoto	Agência	NA HORA	TOTAL	% Remoto	% Agência	% NA HORA
2016	411.972	391.762	281.241	1.084.975	38,0%	36,1%	25,9%
2017	473.222	360.786	295.399	1.129.407	41,9%	31,9%	26,2%
2018	396.511	289.561	345.665	1.031.737	38,4%	28,1%	33,5%
2019	366.913	276.849	334.887	978.649	37,5%	28,3%	34,2%
2020*	438.380	87.298	96.002	621.680	70,5%	14,0%	15,4%

Fonte: BD 05-COATE nº 36/2007 e AGREM

\*Não foram contabilizados os dados do 156 de dez/2020.

**CONTABILIDADE**

**Elaboração e publicação rotineira de relatórios e demonstrativos**

O lançamento de dados contidos nos demonstrativos da LRF junto ao SICONFI/STN: destaca-se que os dados dos demonstrativos elaborados rotineiramente são inseridos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a fim de compor as Contas Nacionais.

Lançamento dos dados Contábeis Consolidados de 2019 do DF no SICONFI/STN:

No início de exercício de 2020 foi efetuado o lançamento das contas anuais na forma da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, referentes ao exercício de 2019, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI mediante o preenchimento do QDCC- Quadro de Dados Contábeis Consolidados.

Periodicamente são efetuadas atualizações dos Demonstrativos da LRF no sítio desta Secretaria de Estado na Rede Mundial de Computadores.

É realizada também a organização do Processo de Prestação de Contas Anual do Governador, composta pelo conjunto de documentos relacionados na Instrução Normativa nº 1/2016 - do Tribunal de Contas do Distrito Federal. São elaborados o Balanço Geral do GDF com documentos fornecidos pelos órgãos do GDF, assim como de outros documentos previstos na Instrução Normativa nº 1/2016 - TCDF, para análise prévia, preparação dos encaminhamentos, com vistas à Câmara Legislativa.

A SUCON acompanhou os fechamentos contábeis fim de certificar-se da exatidão das informações que subsidiam a elaboração de demonstrativos, relatórios e banco de dados, em nível consolidado de governo.

Fez análise qualitativa e quantitativa de contas e acompanhamento quanto aos fechamentos para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação. Houve o acompanhamento das atualizações das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Elaboraram-se documentos de natureza técnico-contábil com análise de legislações e documentos que tratam de assuntos da área para responder solicitações do TCDF, CGDF, Câmara Legislativa e Ouvidoria.

Houve a estruturação, organização e manutenção periódica de bancos de dados atualizados da Receita, Despesa, Ativo, Passivo e Variações Patrimoniais e demais contas contábeis.

Organizou-se e se controlou a tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores dos órgãos da administração direta e dos fundos especiais, referentes ao exercício de 2019, as quais foram encaminhadas à Controladoria Geral do DF, pelo Sistema e-Contas/TCDF.

Foi feito o monitoramento e o controle do cadastro dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos da administração direta, relativo ao exercício de 2020.

Realizou-se o acompanhamento, controle e inspeção do cumprimento da legalidade de atos e o cumprimento das disposições legais, referentes à prestação de contas de transferências voluntárias e auxílios para investimentos, aos quais estão sujeitos os órgãos, quanto aos seus aspectos financeiros, contábeis e patrimoniais.

Foi coordenado o exame e o controle dos pedidos de concessão e análise das prestações de contas de suprimentos de fundos das unidades gestoras da administração direta. A Subsecretaria de Contabilidade também é responsável por orientar e subsidiar os gestores quanto à correta aplicação dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, na prestação de informações contábeis consistentes, coerentes e tempestivas. Para realizar tais competências são promovidas as seguintes atividades:

- Alterações do Balanço Financeiro, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8º Edição;
- Disseminação do Manual MCASP - 8º Edição;
- Gerenciamento e atualização do Plano de Contas e da Tabela de Eventos inserida no SIAC/SIGGO;
- Gerenciamento e a operacionalização dos sistemas utilizados para a administração orçamentária, financeira e patrimonial do GDF;
- Concessão, habilitação, cadastro, monitoramento e desabilitação de usuários no SIAC/SIGGO;
- Atualização das classificações orçamentárias da receita para atender ao novo ementário da receita, obrigatório pela Portaria nº 388, de 14 de junho de 2018 - STN;
- Migração para o ambiente WEB dos vários módulos do SIAC/SIGGO;
- Implementação das funcionalidades evoluídas em 2020 para o SIGGOWEB.

Além da implementação das funcionalidades desenvolvidas, foram elaborados e atualizados normativos para uniformizar registros e procedimentos contábeis a serem realizados pelas mais de 80 unidades gestoras do Governo do Distrito Federal

Principais normativos editados em 2020:

- Instrução Normativa nº 02-2020/SUCON;
- Instrução Normativa nº 03-20/SUCON;
- Instrução Normativa nº 07-2020/SUCON;

- Instrução Normativa nº 08-2020/SUCON.

Realização e acompanhamento dos registros patrimoniais, além de diversos procedimentos voltados ao controle dos bens móveis, imóveis e semoventes do GDF.

Foram intensificados o acompanhamento da despesa, a análise da documentação e o registro de bens móveis de propriedade do GDF, adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra orçamentários (restos a pagar, doação, reposição, apreensão, produção, nascimento e captura), realizando as incorporações, transferências entre unidades administrativas e baixas decorrentes de alienações/baixados.

Realização de diversas análises e emissão de balancetes mensais e de demonstrativo patrimonial do exercício/cadastro de bens móveis, semoventes e bens imóveis incorporados ocorridos nos órgãos da administração direta do GDF.

Diversas análises de demonstrativos de custos governamentais, inseridos no SIAC/SIGGO, módulo custos, para a correta aplicação das regras de custos governamentais das empresas públicas dependentes do Tesouro distrital, autarquias e fundações. Foram monitorados os registros contábeis para subsidiar o fechamento das informações de custos para o encerramento do exercício de 2020.

## TESOURO

### Programação Financeira

Foi editado o Decreto nº 40.449, de 07/02/2020, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2020, para o Poder Executivo do Distrito Federal.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa, do TCDF e da Defensoria Pública distritais, foram programados no SIGGO. As dotações autorizadas para as unidades que compõem a função legislativa na LOA/2020 (CLDF e TCDF), perfazem o montante R\$ 1.995.125.674 e para as unidades da Defensoria Pública do DF o valor total é de R\$ 249.466.187.

A Coordenação de Programação Financeira-COFIN desta Subsecretaria analisou o comportamento da receita, com base na arrecadação do quadriênio 2016 a 2019, adotando-o para a distribuição dos valores da LOA/2020. Os comportamentos díspares, desarmônicos ou descontínuos foram ajustados e as fontes de recurso inéditas ou com histórico de arrecadação do quadriênio não representativo foram divididas linearmente por 12 (1/12) do valor previsto em LOA/2020.

Para as Fontes de Convênio, Operação de Crédito e as demais fontes detalhadas, utilizou-se, a média do quadriênio dos anos de 2016 a 2019.

Visando diminuir o déficit líquido no caixa do Tesouro do GDF, obter gestão financeira efetiva sem atraso dos pagamentos e executar os programas e projetos do Governo para o exercício 2020, o montante proposto de contingenciamento na Fonte 100 dos valores aprovados na LOA/2020 foi de R\$ 852,2 milhões na fonte 100; sendo que R\$ 663,5 milhões referente à RPNP – Restos a Pagar Não Processado das fontes não vinculadas e R\$188,7 milhões à frustração de receita tributária para 2020.

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados o total de R\$ 24.212.078.171 nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R\$ 27.359.152.187 das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2020, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9), o Poder Legislativo e a Defensoria Pública do DF.

### Fundo Constitucional do Distrito Federal

O FCDF tem orçamento para 2020 no valor de R\$ 15.697.985.449 (Lei nº 13.978, de 17/01/2020).

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, o que foi orçado inicialmente e o cenário atual:

ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
Segurança	Pessoal	6.360.368.202	6.558.282.915
	Custeio	1.595.161.638	1.551.362.366
	Investimento	225.777.829	65.436.683
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.181.307.669</b>	<b>8.175.081.964</b>
SEF e SES	Pessoal - Educação	R\$ 3.041.549.094,00	3.116.063.036
	Pessoal - Saúde	4.045.197.493	4.032.901.075
	Custeio - Educação	369.567.351	261.642.956
	Custeio - Saúde	100.000.000	112.296.418
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.556.313.938</b>	<b>7.522.903.485</b>
	<b>TOTAL FCDF</b>	<b>15.737.621.607</b>	<b>15.697.985.449</b>

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2020

Os dados da tabela acima demonstram que o grupo de despesas de pessoal da Segurança Pública e os custeios da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES) foram suplementados, ao passo que os demais grupos tiveram supressão de seus créditos.

Os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pelo Ministério da Economia, somam o montante de R\$ 635.752.663,00 correspondendo a uma alteração do orçamento inicial em torno de 4%. A dotação final do FCDF no exercício de 2020 foi de R\$ 15.697.985.449.

#### Série histórica de aportes anuais do FCDF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2016-2020					
Em R\$ 1,00					
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança Pública	Saúde e Educação
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
2018	13.691.017.785	7.727.113.704	5.963.904.081	56	44
2015	14.295.475.653	8.069.955.542	6.225.520.111	56	44
2020	15.697.985.449	8.175.081.964	7.522.903.485	52	48
<b>Total</b>	<b>68.920.401.221</b>	<b>38.302.494.463</b>	<b>30.617.906.758</b>	<b>56</b>	<b>44</b>

Para o exercício de 2020, a evolução da despesa da segurança e o crescimento do FCDF, permitiram que a distribuição dos recursos entre as áreas de Segurança Pública e Saúde/Educação, R\$ 15.697.985,449, ficassem dentro da média histórica, de 52% e 48%, respectivamente

### Prestação de contas anual

Foi elaborado e encaminhado para o TCU, no mês de março/2019, o Relatório de Gestão (RG) 2018 do Fundo, no qual foram prestadas informações consolidadas da UG central, UG 170392, compostas por aspectos técnicos e contábeis sobre a execução orçamentário-financeira e atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo. No referido relatório foram apresentados dados consolidados referente às execuções das despesas das áreas da educação e saúde custeadas com recursos do FCDF.

### Conformidade de gestão e contábil

A conformidade contábil ocorre mensalmente no Siafi para atender o fechamento contábil do mês, conforme calendário estabelecido pelo Governo Federal. Trata-se de verificação na consistência das informações contábeis, sintética e analítica, das Unidades Gestoras (UGs) que compõem o FCDF, especificamente, das UGs: 170392, 170393, 170394, 170395, 170397, 170399, 170484, 170485 e 170495 e do Órgão 25915.

A conformidade de registro de gestão ocorre diariamente, onde cada UG faz, individualmente, sua conferência dos lançamentos feitos no Siafi do dia anterior. Ressalta-se que a FCDF faz a conformidade tão somente da UG 170392. Cabe frisar que a conformidade contábil e a conformidade de gestão têm por objetivo o acompanhamento e validação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das UGs do FCDF no Siafi.

#### Dívida Pública e Ajuste Fiscal

No exercício de 2020, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal, envolvendo a apuração dos limites de endividamento distrital, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

Prestou informações sobre a evolução da dívida pública fundada à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento. Além de acompanhar o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC, para subsidiar a captação de operações de crédito.

Elaborou quadros mensais, bimestrais e trimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

#### Evolução da Dívida Pública Fundada

##### Projeção do Serviço da Dívida

Devido ao Programa de ao Coronavírus SARS-CoV-2, dos 33 contratos de empréstimos internos e externos, 25 contratos internos tiveram períodos de suspensões de seus pagamentos até dez/2020. Assim, o pagamento do Serviço da Dívida Fundada em 2020, alcançou R\$ 371 milhões, bem menos que os R\$ 630 milhões de 2019.

Dentre os empréstimos externos, dois encontram-se em fase de liberação: Pró-Cidades e PROFISCO, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte.

#### Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por 27 contratos, sendo 1 junto à STN, referente ao e financiamento da dívida, 20 com a Caixa Econômica Federal, 3 contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e 3 junto ao Banco do Brasil - BB.

Além da Dívida Interna, referente a operações de crédito, o GDF parcelou 5 dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Uma relativa à SAB, em liquidação, no valor atual de R\$ 639.099,30, assumida pelo DF, através da Lei 5.565, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. Ressaltam-se dívidas da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no valor atual de R\$ 15.726.914,72 e a dívida de auto de infração para o PASEP, exercício de 2014, no valor atual de R\$ 5.810.966,70. Frise-se, caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Por fim, há uma dívida parcelada pela NOVACAP.

A STN é credora de 29,91%, BNDES de 8,62%, BB de 31,12%, CAIXA de 30,73% e Receita Federal do Brasil de 0,62%.

CREDOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020
STN	1.280,3	1.052,4	1.117,1	1.152,1	1.154,1	1.172,3
BNDES	363,5	342,1	321,5	375,8	357,8	349,5
BB	553,7	487,4	814,9	1.025,4	1.066,0	1.262,1
CAIXA	952,2	945,0	1.008,2	1.123,6	1.171,2	1.246,3
RFB	26,8	43,7	35,7	39,7	32,2	25,1
TOTAL	3.176,5	2.870,6	3.297,4	3.716,7	3.781,3	4.055,3

Em valores correntes.

#### Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a 6 contratos, sendo 4 contraídos junto ao BID e 2 junto ao BIRD. Houve um acréscimo da dívida em virtude das liberações ocorridas no período, bem como a variação cambial.

R\$ Milhões

CREDOR	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BID	598,4	845,1	672,3	654,3	784,6	805,8	1.133,6
BIRD	136,9	181,2	134,5	119,5	120,1	104,3	110,6
CAF	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	736,2	1.026,3	806,8	773,8	904,7	910,0	1.244,2

Em valores correntes.

#### Evolução do Serviço da Dívida

##### Serviço da Dívida Interna

Em 2020, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal foram de R\$ 120,9 milhões com amortização e R\$ 99,9 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 220,8 milhões.

R\$ Milhões

CREDOR	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	56,2	76,8	26,9	49,8	74,8	56,2	76,8	26,9	19,81	47,19	5,13	12,28
BNDES	34,3	28,3	36,5	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	41,85	25,76	21,60	10,96
CAIXA	52,0	84,6	64,0	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	99,73	90,19	59,08	49,41
BB	0,00	14,5	2,3	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	86,27	83,93	28,40	27,66
Parcel. RFB	11,4	6,7	20,0	11,3	5,6	11,4	6,7	20,0	7,28	2,07	6,48	2,42
TOTAL	153,9	210,9	149,7	112,1	168,9	153,9	210,9	149,7	254,94	249,14	120,9	99,9

Em valores correntes.

#### Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram de: R\$ 116,4 milhões com amortização e R\$ 34,9 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 151,3 milhões.

R\$ Milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2015	73,4	18,0	91,4
2016	58,6	18,3	76,9
2017	68,3	24,1	92,4
2018	80,1	29,3	109,4
2019	89,5	36,6	126,1
2020	116,4	34,9	151,3

#### Liberações de Operações de Crédito

Em 2020, foram liberados R\$ 201,5 milhões em operações de crédito. Contratos abaixo:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$538.844,01;

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Águas Lindas, R\$2.240.107,08;
- Pró-moradia Infraestrutura, Urbanização, Assentamento Sol Nascente - Ceilândia/DF R\$2.545.765,49;
- Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá do Sul R\$554.188,67;
- Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá do Sul R\$1.011.529,02;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R\$15.285.427,28;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Amiqueira R\$1.380.439,24;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Buritizinho R\$2.879.413,66;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R\$42.522.824,57;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R\$4.013.916,62 e
- Ampliação da DF 047 R\$3.424.646,88.
- BNDES – Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste R\$4.522.452,59.

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

- BID – Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Pro-Cidades R\$74.907.660,00; e
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PROFISCO R\$45.562.800,00.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 5 anos:

R\$ Milhões

LIBERAÇÕES OCORRIDAS					
	2016	2017	2018	2019	2020
Dívida Interna	80,9	493,3	483,4	273,3	81
Dívida Externa	19,2	23,9	78,2	74,4	120,5
Total	100,1	517,2	561,6	247,7	201,5

#### Novas Operações de Crédito

O espaço fiscal do DF é de R\$ 1.077,13 milhões, para contratação de novas operações de crédito, conforme a 16ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal, assinado em outubro de 2020. Em 2020 não houve contratação de novas operações de crédito.

#### Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do DF, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

#### Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício. A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 30 de outubro de 2020, para o período de 2020-2022.

A STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste fiscal referente ao exercício anterior. Para o ano de 2020, o Distrito Federal projetou os seguintes resultados:

- Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 49,80%;
- Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R\$ 264 milhões;
- Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 57% da Receita Corrente Líquida;
- Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 14.575 milhões;
- Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para que o DF deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001, com vistas a garantir que todas as estatais dependentes estejam incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social do exercício de 2022.
- Meta n.º 6: disponibilidade de Caixa: A meta do Programa consiste em alcançar em 2020, disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados do poder executivo maior ou igual às obrigações financeiras não vinculadas.

#### Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das

suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

R\$ Milhões					
ANO	2016	2017	2018	2019	2020
Valores pagos	107,30	127,02	140,22	233,05	163,00

Em valores correntes

#### Cadastro Informativo

O objetivo do CAUC é simplificar a verificação, pelo gestor público do atendimento pelos entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela LDO e legislação aplicável. O CAUC consolida a verificação da documentação comprobatória exigida na formalização de convênios e para contratar operações de créditos.

Assim o acompanhamento diário visa identificar a inclusão do GDF como inadimplente junto à União ou entidades federais. Tarefa de caráter inadiável, considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

#### Cobrança Judicial

As atividades exercidas pela Assessoria envolvem a cobrança de débitos tributários e não tributários – inscritos em dívida ativa – através das audiências de conciliação do CEJUSC FISCAL e dos processos de execução fiscal. As atividades exercidas pela Assessoria são exercidas dentro da Procuradoria-Geral do Distrito Federal-PGDF e do CEJUSC FISCAL no TJDFT.

#### Ações da AECJ no âmbito do CEJUSC Fiscal

##### Audiências 2020

DATA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	VALOR DO ACORDO (R\$)	PESSOAS ATENDIDAS
JANEIRO	434	148	37	999.208,00	505
FEVEREIRO pré	563	33	18	105.322,00	76
FEVEREIRO	327	91	19	780.416,00	417
MARÇO	370	75	38	921.386,00	375
ABRIL	0	0	0	-----	0
MAIO	220	0	0	-----	0
JUNHO pre Processual	1756	70	12	68.362,00	140
JULHO Processual	601	14	8	34.054,00	28
JULHO Processual	270	139	7	191.684,00	278
AGOSTO pre Processual	40	2	2	2.766,00	6
AGOSTO Processual	360	85	6	182.658,00	170
SETEMBRO pre Processual	270	100	2	13.510,00	203
SETEMBRO Processual	560	122	2	22.261,00	250
OUTUBRO Processual	600	151	16	439.056,00	303
NOVEMBRO pre Processual	26	2	2	4.513,00	28
NOVEMBRO Processual	499	73	28	671.749,00	97
DEZEMBRO pre Processual	10	10	7	120.812,00	12
DEZEMBRO Processual	239	24	11	2.673.610,00	36

#### Ações da AECJ no âmbito da PGDF

Os servidores da AECJ atuam em conjunto com os servidores da PGDF nas atividades jurídicas de cobrança das execuções fiscais do Distrito Federal. Foram analisadas e elaboradas petições em 4.639 execuções fiscais e realizadas 13.076 pesquisas para instrução processual. A AECJ atuou nos processos de compensação de precatórios do DF para atender as necessidades criadas com a publicação da Lei Complementar 938/17, realizando os diversos cálculos para pagamentos de RPVs, pagamentos de Precatórios e realização de acordos diretos.

##### Processos de compensação de Precatórios

Análises Processuais - SEI	112
Análises Processuais - SAJ	10.780
Atendimento ao Público	210
Acordo Direto (Pesquisas de Cessão e Processos de Compensação)	1.165
Expedição de Certidões de Titularidade	8
Expedição de Certidões de Registro	96
Baixa de RPVs - SEI	3.623
Expedição de Declarações	11
Inscrições de PCT 's e RPV 's no SIGGO	19.138
<b>Total</b>	<b>35.143</b>

#### Propostas de modernização da gestão fazendária

No ano de 2020, foram propostas ações para aplicabilidade de novas tecnologias no âmbito da SEEC:

- Modernização de Infraestrutura de Fiscalização em Trânsito.
- Planejamento do PPA 2020-2023 em conjunto com as Subsecretarias da Receita, Tesouro e Contabilidade.

- Implantação e discussão do sistema do BIG DATA.
- Modernização da Fiscalização de Trânsito de mercadorias.
- Planejamento de projetos com recurso do PROFISCO.
- Modernização da Fiscalização Tributária em Estabelecimentos.
- Otimização das Ações de Inteligência Fiscal.
- Aperfeiçoamento da Gestão da Cobrança Administrativa.
- Aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária.
- Reestruturação dos serviços prestados ao contribuinte.
- Aperfeiçoamento do Programa Nota Legal (PNL).
- Implantação da Sistemática de Julgamento de Processos – TARF.
- Apresentação e aprovação da Cadeia de Valor da SUREC.
- Planejamento Estratégico e Projetos da SUREC.
- Estrutura da ASMAF.
- Implementação do Escritório de Negócios,
- Elaboração do Pleito do PL de autorização Legislativa da Operação de Crédito PNAFM II.
- Elaboração do Manual de Processos da SUREC – Versão I.

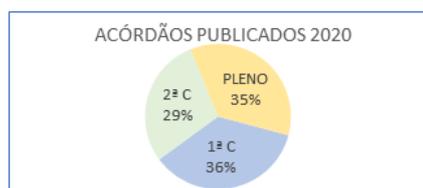
#### TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RECURSOS RECEBIDOS	2019	2020
Recurso Voluntário	230	105
Reexame Necessário	14	18
Recurso Extraordinário	150	69
Reexame Necessário ao Pleno	3	1
Recurso Contra a Decisão do Presidente	0	2
Embargos de Declaração	232	32
Recurso de Jurisdição Voluntária	346	210
<b>TOTAL</b>	<b>975</b>	<b>437</b>



PROCESSOS JULGADOS	2019	2020
<b>TOTAL</b>	<b>612</b>	<b>530</b>

ACÓRDÃOS PUBLICADOS	2019	2020
1ª CÂMARA	218	167
2ª CÂMARA	234	135
PLENO	176	165
<b>TOTAL</b>	<b>628</b>	<b>467</b>



SESSÕES REALIZADAS	2019	2020
1ª CÂMARA	56	56
2ª CÂMARA	56	51
PLENO (ORDINÁRIA)	37	50
PLENO (ADMINISTRATIVA)	13	11
<b>TOTAL</b>	<b>162</b>	<b>168</b>

#### GESTÃO DO PLANEJAMENTO

##### Revisão do PPA 2020-2023

Atualmente encontra-se em tramitação na CLDF o Projeto de Lei 1.575/2020 referente à segunda Revisão do PPA, demandada pelas Unidades Orçamentárias do Distrito Federal. Encontra-se em andamento também, uma proposição de Decreto de Revisão, que altera alguns atributos de Objetivos de Programas Temáticos do PPA, constantes do Anexo II da Lei nº 6.490/2020.

Destaca-se, também, em 2020, o desenvolvimento e o aprimoramento do Sistema PPA/WEB nos módulos elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do PPA.

##### Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021

Elaboração da Lei nº 6.664, de 03 de setembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021.

##### Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA/2021

Elaboração da Lei Orçamentária de 2021, na forma a seguir:

- Análise e disponibilização de ações orçamentárias;
- Elaboração dos seguintes Anexos: Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público e Anexo dos Projetos em Andamento;

E, ainda, análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA das proposições de projetos que podem ser objeto de Emendas Parlamentares Distrital e Federal

#### **Análise das proposições de alterações da Lei Orçamentária Anual - LOA/2020**

Execução da LOA/2020, promovendo análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, a partir de demandas de Unidades Orçamentárias, bem como, de proposições de emendas parlamentares à Lei Orçamentária vigente.

#### **Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG**

Contínuas ações para o aperfeiçoamento do acompanhamento físico-financeiro das ações constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), com a implementação de inovações no sistema SIGGO/SAG. Ressalta-se sua migração para plataforma WEB. Em fevereiro de 2020, o Sistema foi disponibilizado na plataforma Web para operacionalização das Unidades Orçamentárias.

#### **Elaboração do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual - PPA, ano base 2019**

A Avaliação do PPA 2016-2019, referente ao exercício de 2019, foi enviada à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF em 29/06/2020, em cumprimento ao que prevê os artigos 11 a 15 da Lei nº 5.602/2015.

As Unidades Orçamentárias participaram da Avaliação Anual do Plano, em conjunto com a Secretaria de Economia, e apresentaram os resultados de 2019 por encaminhamento de Relatório, com foco na análise do alcance das Metas; índices alcançados pelos indicadores; análise das Ações Não Orçamentárias e análise dos resultados dos Objetivos Específicos. Após, procedeu-se à consolidação em Relatório único, que contém, também, Análise da Conjuntura Macroeconômica nos contextos nacional e local, a fim de subsidiar a avaliação do comportamento dos principais indicadores de desempenho propostos pelas Unidades Orçamentárias Responsáveis pela implementação das políticas públicas no Distrito Federal.

#### **Elaboração de Relatórios da área de planejamento que integram a Prestação de Contas Anual do Governador**

Relatórios de Gestão (RGE, antigo Relatório de Atividades, RAT) e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador - ano base 2020

Foram elaboradas e disponibilizadas no sítio da SEEC as Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador (Relatório de Gestão e Indicadores de Desempenho por Programas de Governo e Encerramento do Exercício no Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG - Exercício 2020).

#### **Inovações no Sistema do Relatório de Atividades - RAT (Sistema do Relatório de Gestão, anteriormente denominado Relatório de Atividades)**

A SEEC deu continuidade ao desenvolvimento de plataforma que automatizou os processos de elaboração do Relatório de Gestão que integra a Prestação de Contas do Governo.

As inovações realizadas no RAT (Relatório de Gestão - RGE) em 2020, visaram ajustar algumas funcionalidades do Sistema RAT em relação ao ano de 2019.

#### **Monitoramento e Avaliação do PPA - ano base 2020**

Em 2020, com o PPA 2020-2023, foi inaugurado o módulo de Monitoramento do PPA. O monitoramento é realizado concomitantemente à execução do PPA, permitindo o acompanhamento da gestão e a verificação do alcance dos indicadores e das metas a fim de corrigir eventuais gargalos que estejam inviabilizando ou reduzindo os resultados das políticas públicas propostas pelas Unidades Orçamentárias quando da elaboração do Plano Plurianual.

No mês de dezembro/2020 foi aberto o sistema PPA-WEB para que as Unidades Orçamentárias prestassem informações das metas e indicadores vinculados aos objetivos dos programas temáticos, bem como informassem os resultados da avaliação dos objetivos dos programas temáticos, por meio da Avaliação.

Foi disponibilizado no sítio da Secretaria de Economia a apresentação da nova metodologia; instruções conceituais; Manual de Operação do Sistema PPA-WEB; vídeos tutoriais explicando como operar o sistema PPA-WEB, conforme os documentos "Apresentação - Monitoramento e Avaliação do PPA 2020", "Instruções, Monitoramento e Avaliação do PPA 2020" e "Manual de Operação do Sistema PPA-WEB - Versão 4".

#### **Capacitação dos Agentes de Planejamento**

A SEEC elaborou instruções; apresentações e vídeos instrucionais, objetivando possibilitar aos Agentes de Planejamento das Unidades Orçamentárias do GDF se capacitarem, especialmente, quanto à elaboração de relatórios e/ou atualização dos Sistemas de Planejamento.

Atividades de inovações tecnológicas em desenvolvimento:

- Aperfeiçoamento do Sistema Relatório de Atividades - RAT, desenvolvido em plataforma WEB, e ainda, o RAT subsidia a elaboração de Relatórios da CGDF e do TCDF;
- Aprimoramento de funcionalidades do Sistema de Acompanhamento Governamental SAG/SIGGO que migrou para plataforma WEB;
- Continuidade do desenvolvimento do Sistema (PPA-WEB: módulos elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do PPA).

#### **COORDENAÇÃO DAS ESTATAIS E ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Entre as principais realizações da SEEC em 2020 na temática Coordenação das estatais e órgãos colegiados, destacam-se:

Implementação/acompanhamento da Governança nas estatais do Distrito Federal.  
(Lei Federal 13.303/16)

Programa desligamento voluntário nas estatais (PDV) - Normas Gerais

Acordos coletivos de trabalho - ACT - Acompanhamento das negociações e fechamento dos Acordos Coletivos de Trabalhos - ACT's.

Órgãos colegiados do Distrito Federal - Análise da conformidade normativa dos processos de indicações nos Órgãos Colegiados do Distrito Federal. Obs. Foram analisados em torno de 500 processos.

#### **Relacionamento com o Terceiro Setor**

1. Coordenou atividades do Conselho de Gestão das Organizações Sociais - CGOS, presidido pelo Secretário de Estado de Economia, conforme estabelecido pela Lei de OS. A competência precípua do CGOS é analisar e propor a qualificação e a desqualificação de entidades civis sem fins lucrativos como Organizações Sociais ao Governador do Distrito Federal, monitorar os contratos de gestão firmados e avaliar os resultados alcançados. O CGOS aprovou a publicação do Aviso de Chamamento Público 01/2020 no DODF.
2. Analisou 27 processos de entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social ou como OSCIP no âmbito do Governo do Distrito Federal, conforme tabelas abaixo:

PROCESSOS OS	QUANTIDADE		
	2018	2019	2020
<b>SITUAÇÃO</b>			
EM ANÁLISE (URTS/SES)	8	8	8
QUALIFICADOS/RENOVAÇÃO	3	0	1
INDEFERIDOS	1	4	14
SUSPENSOS	2	0	0
CASSADOS/PERDA	0	0	1
ANULADOS	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>24</b>

PROCESSOS OSCIP SITUAÇÃO	QUANTIDADE		
	2018	2019	2020
EM ANÁLISE URTS/SES	0	0	0
QUALIFICADOS/RENOVAÇÃO	5	5	3
INDEFERIDOS	1	0	0
SUSPENSOS	0	0	0
CASSADOS/PERDA	1	0	0
ANULADOS	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Disponibilizou a plataforma eletrônica para o processamento das parcerias feitas entre o Governo do Distrito Federal e as Organizações da Sociedade Civil.

## GESTÃO DO ORÇAMENTO

### Realizações

#### Lei de Diretrizes Orçamentárias

Coordenação do processo de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 (PLDO/2021), a qual se iniciou em meados de março, passando pelas fases de planejamento, elaboração de cronograma de responsabilidades e prazos, realização de audiência pública, recebimento de propostas da sociedade, compilação das informações de diversos órgãos e atores que participam do processo, elaboração do anteprojeto de lei, incluindo demonstrativos e anexos, envio do Projeto de Lei à CLDF, discussão sobre a viabilidade técnica das emendas parlamentares e proposições de vetos.

Ao final do processo foi sancionada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, Lei nº 6.664/2020, publicada em 3 de setembro de 2020, com a consequente revisão dos demonstrativos e anexos, para fins de disponibilização no sítio da SEEC.

#### Análise das Proposições das Alterações da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Participação na análise das proposições de alterações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2020), tanto no texto quanto nos anexos.

#### Lei Orçamentária Anual

Coordenação do processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 por meio do envolvimento das diversas Unidades Orçamentárias pertencentes aos órgãos e entidades do Distrito Federal, começou em meados de maio de 2020, passou pelas etapas de planejamento, elaboração do cronograma de responsabilidades e prazos, realização de audiência pública, recebimento de sugestão de cidadãos e das propostas orçamentárias das unidades. Após essas etapas, foram realizadas a compilação das informações e a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2021 (PLOA/2021), incluindo demonstrativos e anexos, que foi encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal para apreciação e votação.

#### Caderno de Sugestões de Emendas Distrital

Empreendeu-se a análise técnica das propostas apresentadas pelas Unidades, no âmbito do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares (SisCAEP). O Caderno de Sugestões de Emendas Distritais do PLOA/2021 foi desenvolvido digitalmente por meio do SisCAEP.

#### Decreto de Limitação Inicial de Empenho

Edição do Decreto 40.382/2020, este normativo regulamenta o lapso temporal entre a publicação da Lei Orçamentária Anual para 2020 – LOA/2020 e a efetivação do Decreto de Programação Financeira, propondo-se a assegurar o equilíbrio das contas públicas pela da adequação das despesas governamentais à efetiva arrecadação das receitas estatais.

#### Análise das Proposições de Alterações da Lei Orçamentária Anual

Análise das proposições de alterações da Lei Orçamentária Anual (LOA/2020) quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) das proposições de emendas parlamentares à Lei Orçamentária vigente, bem como análise das alterações propostas pelas Unidades Orçamentárias na forma de créditos suplementares, especiais e extraordinários.

#### Execução Orçamentária

ESFERA	FONTES	
	100	188 e 189
FISCAL	11.759.491.811,23	239.056.363,09
SEGURIDADE SOCIAL	3.684.856.041,02	826.858.055,22
TOTAL	15.444.347.852,25	1.964.914.418,31

Fonte: SIGGO

## GESTÃO ADMINISTRATIVA

### Compras Governamentais

#### Do Sistema e-Contratos

O e-Contratos, sistema em desenvolvimento de gestão de contratos do Governo do Distrito Federal. Objetivo: fomentar a informatização e modernização dos processos de contratação pública, para maior controle e transparência aos contratos firmados pelo GDF.

Foram implementadas melhorias estruturais no módulo administrativo do sistema: a inserção de novos relatórios, a criação do sistema personalizado de notificações inteligentes, aperfeiçoamento nas integrações realizadas com o sistema SIGGO, além de incrementos de layout e disposição de campos, frutos da cooperação técnica entre as equipes da SEEC e da CAESB.

Foi iniciado o planejamento para o desenvolvimento do segundo módulo do sistema, módulo de faturamento, cuja implantação está prevista para 2021.

Convém destacar a estrutura de atendimento e suporte ao usuário, desenvolvido por meio da plataforma Hesk e do e-mail de atendimento. Sendo que, do total de 191 chamados abertos em 2020, 184 foram resolvidos e 7 estão em análise pela equipe técnica, resultando em um percentual de 96% de resolução das solicitações recebidas.

#### Do Sistema e-ComprasDF

O e-ComprasDF, sistema para realizar o planejamento, auxiliar a fase interna da licitação, as sessões públicas de lances e a gestão automatizada das atas de registro de preços, foi desenvolvido e teve sua implantação iniciada, em 2020.

#### Dos Cadernos Técnicos

Em andamento o projeto "Construção de Cadernos Técnicos GDF", para o aprimoramento do modelo de gestão dos serviços terceirizados e a construção/customização de cadernos técnicos de serviços mais recorrentes no mercado e que impactam no orçamento das compras públicas. O projeto busca atender o eixo estratégico 'Metodologia' do Programa de Gestão de Compras Governamentais do Distrito Federal (COMPRASDF), instituído pelo Decreto 37.729/2016. Com o envolvimento de servidores das SEEC, Saúde; Educação; Justiça e Cidadania; Segurança Pública; Administração Penitenciária e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Foi entregue o Módulo I – Aprimoramento do Modelo de Gestão dos Contratos dos Serviços Terceirizados e, ainda, parte do Módulo II – Elaboração/Customização de Cadernos Técnicos para Contratação de Serviços Terceirizados.

## Das Contratações Diretas

As contratações diretas realizadas pela Subsecretaria de Compras Governamentais da SEEC, perfazem o valor de R\$19.692,573,52. Quadro a seguir:

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE	TIPO	VALOR TOTAL
Compra de vagas em cursos abertos	10 cursos	Inexibilidade	796.223,30
Credenciamento de rede bancária	6 credenciamentos entre DAR e GNRE	Inexibilidade	12.155.988,79
Locação de Imóvel - AGBRA	1 locação	Dispensa de Licitação	6.288.037,20
Banco do Brasil - Abertura automatizada de conta para depósito judicial	1 contratação	Inexibilidade	322.394,32
Demais contratações	6 contratações	Dispensa e Inexibilidade	129.929,91
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>19.692.573,52</b>

## Das Licitações Regulares

A SEEC atuou em 150 procedimentos licitatórios. Desses, 59 resultaram em Registro de Preços, 51 com dotação orçamentária para contratação imediata foram finalizados e 40 deles serão finalizados no ano em curso.

Abaixo tabela demonstrativa dos valores estimados e os valores homologados desses procedimentos licitatórios:

PROCESSO LICITATÓRIOS INICIADOS	150
Valor Estimado	R\$ 426.267.499,66
Valor Homologado	R\$ 182.429.589,79

PROCESSO HOMOLOGADOS SISTEMAS DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	59
Valor Estimado	R\$ 228.549.885,83
valor Homologado	R\$ 165.377.951,51

## Dos Planos de Suprimentos

No tocante aos Planos de Suprimentos foram gerados 69, os quais encontram-se distribuídos em 65 processos licitatórios, contemplando 1.425 itens, dos quais 52%, de material de consumo, 41% de serviços e 7% de material permanente.

## Das Atas de Registro de Preços

No decorrer de 2020, estiveram vigentes 347 Atas de Registro de Preços, resultado de 2.907 itens licitados e 2.212 itens registrados, cujo valor licitado esteve em torno de R\$ 350 milhões.

Das autorizações de compras emitidas para utilização das Atas de Registro de Preços

Foram emitidas 3.605 autorizações de compras, para um total de 79 órgãos. O valor total autorizado, foi de R\$ 64.126.930,65 a fim de atender aos diversos Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

## Das adesões às Atas de Registro de Preços

A SEEC recebeu 77 solicitações de adesão às Atas de Registro de Preços, com 55 efetivamente autorizadas e 12 canceladas, no valor de R\$14.176.451,55.

## Dos contratos e instrumentos congêneres

Foi realizada a gestão administrativa de 185 contratos e 22 termos congêneres.

Em 2020, foram firmados 62 novos contratos. Até 31 de dezembro de 2020, foram formalizados o total de 91 Termos Aditivos aos contratos firmados pela SEEC.

## Do Programa de Integridade

Em 2020, passou a vigorar o disposto no art. 1º da Lei nº 6.112/2018, que estabeleceu a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade para as Pessoas Jurídicas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão, parceria público-privada e qualquer outro instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta ou emergencial, pregão eletrônico e dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a Administração Pública Direta ou Indireta do Distrito Federal, com valor global igual ou superior a R\$5.000.000,00.

## Das repactuações, revisões, reajustes, acréscimos e supressões contratuais

Em 2020, foram repactuados 28 contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, com base nas suas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho e, juntamente com a repactuação, 24 contratos foram revisados com vistas à exclusão da rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, nos termos do art. 12º da Lei nº 13.932/2019 e orientação jurídica proferida na Nota Jurídica nº 114/2020 - SEEC/GAB/AJL.

Quanto ao reajuste em, com base no IPCA, foram formalizados 25 instrumentos.

No mesmo período, foram celebrados 12 acréscimos contratuais, correspondendo a uma majoração total de R\$17.759.556,12. Foram celebradas 5 supressões contratuais, redução total de R\$403.674,82. Foi formalizada 01 alteração qualitativa, 01 concessão dos retroativos referente à repactuação de 2019 e 01 revisão contratual em face do reestabelecimento dos efeitos da Decisão nº 6.142/2013-TCDF.

## Acompanhamento e Controle dos Instrumentos

Em 2020, foram emitidos 194 extratos para dar publicidade às novas contratações e aos termos aditivos celebrados.

Foram respondidas 61 consultas, provenientes da PGDF e dos Órgãos de Controle das esferas Distrital e Federal e, ainda, o cadastro de 94 usuários do e-ContratosDF.

Do Acordo sobre Compras Governamentais (GPA) e dos acordos internacionais de compras públicas

A SEEC promoveu diálogos com outros entes federativos, buscando trocar experiências em relação à adesão ao GPA e aos demais acordos internacionais de compras públicas.

Realizou-se consulta junto às diversas Pastas da Administração Pública Direta e Indireta Distrital acerca do interesse em aderir aos acordos em destaque.

## Da gestão documental

Em 2020 foi iniciada a elaboração da nova versão do Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal e do Manual de Gestão de Documentos Administrativos do GDF. Elaboração do tutorial sobre a operacionalização do Sistema Integrado de Normas Jurídicas - SINJ-DF. Revisão do texto de atualização do tutorial para Conversão de Processo Físico para Eletrônico e a elaboração do tutorial sobre a operacionalização do Sistema Integrado de Controle de Processos - SICOP.

Foi elaborado o código de classificação e tabela de temporalidade de documentos (área fim). Encontra-se organizada e avaliada a documentação, com objetivo de eliminação, recolhimento e/ou guarda daqueles conforme as tabelas de temporalidade das áreas meio e fim.

#### **Da gestão financeira**

Foi assinado o acordo de pagamento de Precatórios no qual o Distrito Federal deveria repassar um montante de R\$ 501.826.615,95, sendo depositado mensalmente, no mínimo, o montante de 1,5% da Receita Corrente Líquida - RCL. Assim, foram empenhados, liquidados e pagos o montante de R\$ 359.132.916,19, sendo R\$ R\$ 297.890.801,15 referentes ao repasse da RCL dos meses de março a dezembro; R\$ 9.000.000,00 para contemplar o plano de pagamento e R\$ 52.242.115,04 a título de quitação do plano de pagamento de 2019.

As Requisições de Pequeno Valor - RPV estão sendo pagas por esta SEEC após término do convênio 02/2012 TJDFT/GDF desde 2018, e, para tanto, está sendo desenvolvido um sistema pela SUTIC desta Pasta para atendimento da PGDF e SEEC.

Foram empenhados R\$ 57.933.861,24; liquidados R\$ 57.019.220,87 e pagos R\$ 54.849.358,27. Com pagamento a 7.880 interessados e 3.410 advogados. Foram realizados ainda pagamentos com outras sentenças judiciais que não sejam RPV's referentes a sete processos num montante de R\$ 30.894,04.

No âmbito do programa Nota Legal foram realizados pagamentos aos beneficiários, relativos a 165.126 indicações (4607 pessoas contempladas nos sorteios e 160.519 que fizeram indicação de recebimento dos valores acumulados em dinheiro) no montante empenhado de R\$ 34.503.806,92.

Foi repassado ao Banco do Brasil o valor de R\$ 37.551.300,00 e para o Banco de Brasília a importância de R\$ 4.000.000,00. Ante essas ações o GDF encontra-se desenquadrado, conforme estabelece a EC/99 junto ao Banco do Brasil, e a assinatura de um novo contrato depende do aval do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Para o controle das movimentações das contas judiciais, os bancos cobram tarifas pela execução desses serviços, logo, em 2020 foi pago ao BRB o valor de R\$ 3.349.592,19 pelos serviços prestados de janeiro a novembro e R\$ 4.289.508,62 ao Banco do Brasil de janeiro a novembro, restando um saldo de R\$ 402.332,01 para o Banco de Brasília e de R\$ 696.000,92 para o Banco do Brasil, que estão inscritos em restos a pagar não processados.

Em relação aos ressarcimentos, indenizações e restituição de tributos, que consiste na ação para devolução de tributos pagos indevidamente pelos contribuintes, foram pagos todos os processos físicos e eletrônicos, atendendo um total de 1.582 contribuintes.

Com referência à participação acionária em empresas do DF são efetuados pagamentos visando o aumento de capital. Em 2020, foi efetivado o aumento de capital para a CAESB no valor de R\$ 10.048.397,13. Tal aumento de capital ocorreu por meio de financiamento na CEF e pelo financiamento no Banco do Brasil, utilizado como contrapartida dos convênios.

#### **Da gestão interna**

Com referência a vistorias nos próprios da SEEC foram realizadas ainda 60 ações em terrenos, edificações, residências funcionais, postos e agências, para manutenção e notificações. Foram emitidos ainda 377 documentos imobiliários.

Quanto aos imóveis ocupados, o valor total de taxas de ocupação de janeiro a dezembro foi de R\$ 352.909,08.

Em referência aos pagamentos de Taxas de Limpeza Pública -TLP, foram pagos o total de R\$ 1.149,33. Em relação a despesas com a fornecimento de energia elétrica à CEB, foi realizado o pagamento no valor de R\$ 3.190.887,92. As despesas com fornecimento de água e coleta de esgoto junto a CAESB perfizeram o total de R\$ 513.447,41.

Foram leiloados 197.351 bens. O valor apurado no leilão foi de R\$937.370,80. Neste período foram recolhidos o total de 82.175 bens, tendo sido separados em 214 lotes de leilão, a ocorrer em janeiro de 2021.

Em 2020 foram incorporados ao patrimônio do DF, com utilização para esta SEEC, um total de 2.181bens, no valor de R\$ 15.259.685,41. Pelo PROFISCO houve a incorporação de 281 bens, destinados aos usuários, nos termos do Decreto 16.109/94.

A carga patrimonial da SEEC é de 44.856 bens.

#### **Da gestão de próprios**

Em 2020 foi realizada a mudança das unidades da SEEC que funcionavam no Edifício Parque Cidade Corporate para o Edifício Luís Carlos Botelho e para o Edifício Anexo do Palácio do Buriti.

#### **Do processo administrativo disciplinar e tomadas de contas especial**

Foram concluídos 84 Procedimentos Disciplinares e 56 Procedimentos de Tomada de Contas Especial -TCE, mantendo em andamento 2 Processos Administrativos de Fomecedores e de Responsabilização (PAF/PAR).

Foram instaurados 74 procedimentos de ilícitos administrativos e de danos de erário, ocasionando o ressarcimento de R\$ 6.555,95.

#### **Da gestão de contratos corporativos**

Ações Desenvolvidas em 2020

- Implantação de serviços de limpeza dos contratos licitados em 2019, ajustes de rotinas importantes para a implementação dos serviços, prorrogações e repactuações contratuais dos 20 contratos corporativos sob gestão desta COSEPA/SUCORP em parceria com a SUAG/SEEC.
- Mudança de metodologia com implementação de fluxos para realização de pagamentos dos contratos vigentes.
- Elaboração do caderno técnico de contratação dos serviços de vigilância patrimonial, brigada e portaria
- Elaboração do caderno técnico de contratação dos serviços de limpeza predial
- Treinamento Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos - SFCC

#### **Central 156**

Ações Desenvolvidas 2020

- Migração do Canal 151 (Instituto de Defesa do Consumidor do DF - PROCON/DF) para a Central 156, garantindo ampliação do atendimento, redução de custos e gratuidade do serviço para o cidadão;
- Processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de Serviços de Contact Center;
- Elaboração do caderno técnico de contratação dos serviços de Contact Center utilizando modelo omnichannel;
- Implantação de Acessibilidade nos serviços prestados pela Central 156
- Processo licitatório visando a contratação de empresa para a prestação de Serviços de Telefonia Fixo Comutado (STFC), com feixes DDR nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN);
- Processo licitatório a contratação de solução tecnológica para auditar os serviços de telefonia prestados pelas operadoras no âmbito da Subsecretaria de Gestão de Contratos Corporativos

#### **Gestão do Processo Eletrônico e Inovação**

Nas ações de inovação a unidade participa do Grupo de Trabalho de planejamento da contratação e melhoria da gestão da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal (Central 156), da elaboração do Plano de Capacitação para Acessibilidade de Deficientes Visuais no SEI-GDF e Sistemas Corporativos do GDF e do levantamento dos requisitos necessários a implementação do Sistema de Peticionamento Eletrônico do GDF (SISPE), sistema que é parametrizado e gerido pela UGPEL.

#### **Atuação durante emergência**

O SEI-GDF foi importante para a continuidade das atividades institucionais em todos os órgãos, diante disso, a manutenção da continuidade dos atendimentos

relacionados ao SEI-GDF foi definida como ação primordial pela Unidade. A produção de processos e documentos manteve-se no período e o funcionamento do sistema foi estável. Ao todo foram gerados 1.730.250.

### **Gestão do SEI-GDF**

Elaboração de Normativos

- Minuta do Decreto do Processo Eletrônico, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização de atos processuais administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal.
- Minuta de Alteração do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal, dos serviços sociais autônomos e das organizações sociais, ambos com contrato de gestão firmado com o Distrito Federal. Decreto nº 40.803 de 21 de maio de 2020 aprovado e publicado.
- Minuta do Decreto que institui o Boletim Eletrônico de Atos Oficiais do Distrito Federal a ser implementado em todos os órgãos do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.

### **Implantação do SEI nos Órgãos do GDF em 2020**

Foi realizado o alinhamento e mentoria referente a implantação do SEI-GDF nos seguintes órgãos:

- Secretaria de Estado Administração Penitenciária (SEAPE) - Implantação em 26/06/2020;
- Hospital da Criança de Brasília (HCB) - Implantação em 01/07/2020.
- Secretaria Extraordinária da Família do Distrito Federal - Implantação em 09/2020.

### **Gestão das Solicitações de Integrações por Webservice**

- Alinhamento, orientação e análise da solicitação de integração do SEI com Sistema do TARF
- Alinhamento, orientação e análise da solicitação de integração do SEI com os sistemas E-COMPRAS e SAP
- Alinhamento, orientação e análise da solicitação de integração do SEI aos usuários da COPLAM/SCG
- Alinhamento, orientação e análise da solicitação de integração do SEI com o sistema a ser adquirido pela SDE
- Alinhamento, orientação e adequação das integrações do SEI com os sistemas do CBMDF, sendo o primeiro ajuste na integração com o sistema CPMED

### **Implantação, Gestão e Monitoramento do Barramento**

O início da utilização do Sistema de Barramento foi em 2019, entretanto em 2020 o Barramento foi implantado nas Administrações Regionais do Distrito Federal, com a capacitação dos cerca de 80 servidores.

Além das ações de implantação, é realizado um monitoramento constante do Portal de Administração do Barramento, de forma a acompanhar os envios e recebimentos de processos. Em 2020 foram realizados aproximadamente 14.000 envios/recebimentos de processos via Barramento no GDF.

### **Capacitação SEI-Administrar EAD**

O curso EAD SEI Administrar capacitou 289 servidores a atuarem como gestores setoriais do SEI-GDF. Está sendo elaborado o curso SEI-USAR EAD para capacitação ampla dos servidores do Governo do Distrito Federal na operacionalização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com foco nas boas práticas de utilização do sistema no GDF.

### **Apoio a Subsaúde para a Implementação e Manualização da Perícia Documental**

Com a instituição das medidas de isolamento, foi necessária a adaptação dos serviços da SUBSAÚDE para realização de perícia médica documental. Para isso, a UGP/EL apoiou na parametrização do processo e criação do tutorial de encaminhamento do processo de perícia documental.

### **Das ações de correção**

Atividades principais 2020

O exercício de 2019 foi encerrado com um estoque de 15 procedimentos disciplinares em apuração. A esses, foram agregados, no exercício de 2020, mais 140 procedimentos.

Tendo em vista que no mesmo período foram expedidas 78 Decisões em Processo Disciplinar, a taxa de conclusão (78/155x100) foi da ordem de 50%.

Perspectivas para 2021

Algumas decisões do GDF para o enfrentamento da Pandemia, em 2020, com repercussão no campo administrativo disciplinar, merecem destaque, dentre as quais registram-se:

- a) Lei Complementar nº 967, de 27/04/2020 - DODF 79 de 28/04/2020, que estabeleceu a suspensão dos prazos dos processos administrativos de apuração de responsabilidade, para aplicação das sanções previstas na LC 840/2011, na vigência do estado de calamidade pública no DF;
- b) Parecer nº 353/2020 - PGDF/PGCONS, concluindo no sentido de que, enquanto não houver regulamentação legal, é viável a realização das reuniões e sessões da comissão processante por meio da videoconferência, para depoimentos, interrogatórios e demais atos, desde que sejam assegurados o rito e as formalidades aplicáveis às presenciais pertinentes, bem como a publicidade e as prerrogativas processuais.

A Lei complementar 967/2020, ainda que alcançando apenas os processos administrativos disciplinares instaurados, ao dar elasticidade à prescrição intercorrente, contribuiu para que diversos processos em fase de instrução, defesa e julgamento não fossem encerrados por motivos alheios à vontade das partes. Ao mesmo tempo, o entendimento da PGDF através do Parecer 353/2020, vai além do distanciamento e isolamento social, sinalizando que em breve essa ferramenta já utilizada na esfera federal e no judiciário estará regulamentada no DF.

## **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **CeTIC-DF**

Números importantes:

- 24 x 7 em operação;
- 3 Data Centers em atividade (CODEPLAN, ed. Vale do Rio Doce E SIA);
- Mais de 90 órgãos atendidos;
- 2.233 máquinas virtuais;
- 291 sistemas hospedados;
- 3 PB de armazenamento;
- 1.538 bases de dados.

### **Rede GDFNet**

Números importantes:

- 24 x 7 em operação;
- 120 GB de logs de firewall/dia;
- 138 TB por mês trafegados na rede;
- 12 Gbps em 3 circuitos e internet;
- 10 Gbps e 40 Gbps em redes do CeTIC-DF;
- 750 Km de fibra ótica própria e 395 Km compartilhados;
- 1192 unidades governamentais conectadas (515 em fibra ótica + 12 rádios + 665 circuitos terceirizados);
- Mais de 50 mil desktops conectados.

### **Sistemas**

Realizadas manutenções adaptativas, evolutivas e corretivas em todos os sistemas disponíveis para SEEC.

## **PDTIC**

A SEEC teve o seu PDTIC 2020/2021 aprovado pela Resolução nº 001/2020, de 22 de dezembro de 2020, do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria. Com 350 demandas de TIC, resultantes da soma das demandas oriundas das diversas áreas da Secretaria com aquelas de natureza corporativa – que atendem o complexo administrativo distrital.

## **UNIDADES TÉCNICAS E DE APOIO**

### **Controle Interno**

Foram tratados 756 processos com natureza de controle, sendo 453 com matéria oriunda do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

### **OUIDORIA**

A Ouvidoria no ano de 2020 realizou 6.477 atendimentos somente no Sistema OUV-DF:

- 4175 Reclamações;
- 178 Elogios;
- 370 Sugestões;
- 1265 Solicitações;
- 459 Informações; e
- 30 Denúncias.

No que concerne aos resultados obtidos, seguem as demais informações sintéticas acerca das manifestações registradas no Sistema OUV-DF a partir dos Painéis de Monitoramento, assim como as ações executadas e resultados alcançados no período:

- Índice de Resolutividade: 39%
- Índice de Satisfação com o serviço de Ouvidoria: 63%
- Índice de Recomendação: 71%
- Satisfação com o Atendimento: 66%
- Satisfação com o Sistema: 76%
- Satisfação com a Resposta: 47%

Já no Sistema do e-SIC, no ano de 2020 foram solicitados 787 pedidos de informações e todos foram respondidos.

Foram oferecidos entre outros serviços:

- Cartilha Cidadã – instruir o público-alvo para melhor compreensão dos serviços orientados pelo website;
- Ouvidoria Institucional – viabilizar canal de atendimento institucional entre Ouvidorias e Autoridades, para celeridade de demandas que tramitam entre os órgãos do GDF;
- Ouvidoria Presente – fixar pontos de autoatendimento para sistemas de Ouvidoria e Atendimento Virtual ao Contribuinte;
- Ouvidoria Itinerante – levar a Ouvidoria às Unidades de Atendimento ao Contribuinte

### **Assessoria jurídica**

A assessoria procede à análise de assuntos concernentes à área fazendária, patrimonial e previdenciária, emitindo notas jurídicas, despachos e demais expedientes em processos administrativos fiscais, de modo a subsidiar decisão desta SEEC; presta assessoria em assuntos atinentes à aplicação da legislação orçamentária e de pessoal, analisando e exarando manifestações sobre a regularidade jurídica dos atos normativos elaborados pela Secretaria, apontando a constitucionalidade, a legalidade e as normas que serão afetadas e/ou revogadas, no âmbito de atuação. Pronuncia-se, ainda, sobre os aspectos jurídicos da matéria decidida pelos órgãos setoriais de gestão de pessoas, relativa a direitos e deveres dos servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão, bem como analisa e instrui processos administrativos sobre direitos e vantagens dos servidores, dentre outras atribuições. No que se refere ao caráter legislativo, destaca-se o assessoramento em assuntos relacionados às matérias legislativas de interesse do Governo do Distrito Federal no âmbito do Senado Federal, Câmara Federal, Congresso Nacional e Câmara Legislativa do Distrito Federal. No que se refere a contratações, convênios e congêneres, procede à análise e manifestações de assuntos correlatos à licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres, no que se refere à constitucionalidade, legalidade e as normas que serão afetadas e/ou revogadas. Ademais, são exaradas manifestações em processos de contratação para fins de cotejo de edital de licitação, com o edital padrão previamente aprovado pela PGDF, bem como em pareceres específicos ou normativos.

## **4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE**

### **Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.**

Acerca das principais prospecções para o ano de 2021, registro que está previsto o início de gestões para a disponibilização de Plataforma eletrônica para o processamento das parcerias entre o Governo do Distrito Federal e as Organizações da Sociedade Civil, bem como a implantação do Painel das Estatais, o qual visa trazer as principais informações sobre as estatais do Distrito Federal para o ambiente WEB, com o objetivo de reforçar os mecanismos de controle interno e externo e garantir maior transparência de suas ações. No painel deve constar as principais informações administrativas, financeiras, de pessoal, resultado, metas, dentre outras, as quais serão atualizadas constantemente pelas empresas.

Objetiva-se, ainda, dar continuidade às ações de transformação digital, de forma a permitir uma melhor integração entre os órgãos do Governo do Distrito Federal e também com outros entes federativos e com a União, bem como melhorar o nível de satisfação do usuário e modernizar a forma de recebimento de recursos pelo Estado.

No âmbito da modernização do recebimento de recursos, cumpre destacar que esta Secretaria planeja dar continuidade às ações relacionadas à reforma tributária, bem como aperfeiçoar as normas de gestão financeira e contábil, a fim de adotar critérios cada vez mais justos e impositivos.

Quanto às ações voltadas ao servidor do Distrito Federal, pretende-se ampliar a capacitação, a fim de expandir as atividades físicas e mentais daqueles que trabalham no Complexo Administrativo do Distrito Federal. Nesse contexto, destaco a capacitação SEI USAR, direcionada aos servidores com deficiência visual, com a utilização de tecnologias assistivas, e revisar o Plano de Capacitação e Educação Continuada, que objetiva, dentre outros, desenvolver as competências individuais e institucionais, visando à eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Economia.

Prevê-se a implantação de sala de descompressão, inovação e mini estúdio, e a instituição do Programa de Atenção Materno Infantil dos Servidores do Governo do Distrito Federal – PROAMIS/GDF, que é dividido em 3 eixos: a) apoio às gestantes; b) incentivo ao aleitamento; e c) proteção à infância.

Buscar-se-á, também, a implantação do Selo QualiVida, o qual objetiva incentivar a ampliação de ações de qualidade de vida, tanto por meio de uma conotação mais abrangente no sentido da preparação do servidor para o enfrentamento dos desafios da vida social, quanto dos desafios do ambiente de trabalho.

Ademais, objetivando aperfeiçoar a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, em especial das Administrações Regionais, esta Secretaria de Economia propôs-se a elaborar, em 2021, catálogo contendo informações diversas acerca das carreiras do complexo distrital (exceto das carreiras militares), bem como

colaborar ativamente na atualização dos regimentos internos dos diversos órgãos.

Pretende-se iniciar o Projeto de Eficiência Energética da Secretaria de Estado de Economia, a fim de reduzir os custos com energia elétrica nas dependências da Pasta.

Além do aprimoramento das ações de arrecadação aos cofres públicos e de projeções de concessão de benefícios fiscais, e também a permanente observância das leis orçamentárias, como forma de manter o cumprimento das metas de responsabilidade fiscal, esta Pasta visa dar continuidade às ações para o equilíbrio econômico-fiscal a curto, médio e longo prazo, e recuperar a Capacidade de Pagamento perante a Secretaria do Tesouro Nacional, de modo a alcançar a classificação B (CAPAG B), o que trará reflexos positivos na captação de recursos.

Outrossim, destaco que esta Secretaria de Economia prevê o desenvolvimento de Declaração Eletrônica capaz de permitir que o contribuinte declare, apure e emita a guia de recolhimento do ITBI.

Objetiva-se, ainda, implementar o Programa "Nota Legal Solidária", que permitirá a transferência dos créditos do Programa para projetos sociais em atividade no Distrito Federal, com vistas a prestar apoio a entidades de assistência social, prestadoras de serviços de saúde, entidades de educação, esporte e cultura, assim como de defesa e proteção animal.

Por fim, registra-se que esta Secretaria vai trabalhar para manter e aperfeiçoar as boas práticas de gestão, seja fiscal, de pessoas, orçamentária ou de planejamento.